



REUNIÃO DE TRABALHO: “DINÂMICA TRANSFRONTEIRIÇAS NA REGIÃO ACRE/BRASIL e UCAYALI PERU: O PAPEL DAS ONGs E FUTURAS PARCERIAS BINACIONAIS”

Introdução

No período de 25 a 27 de novembro de 2009 foi realizada a Reunião de Trabalho “Dinâmicas Transfronteiriça na região Acre/Brasil – Ucayali/Peru: papel das ONGs e futuras parcerias binacionais”, que ocorreu no Centro de Formação Povos da Floresta, em Rio Branco, no Estado do Acre.

O evento foi parte de uma série de encontros promovidos nos últimos cinco anos pela Comissão Pró-Índio do Acre e SOS Amazônia, no âmbito do Grupo de Trabalho Transfronteiriço – GTT. Esses encontros têm assegurado a participação de organizações indígenas e de representação de seringueiros e agricultores dos municípios da Regional do Alto Juruá. Dentre os principais temas já discutidos nessas reuniões, destacamos: os problemas socioambientais existentes em terras indígenas e unidades de conservação na fronteira internacional Brasil-Peru; as políticas públicas e grandes projetos de infra-estrutura em curso e planejados no Alto Juruá; a proteção dos territórios dos indígenas isolados; e também a pactuação de agendas e estratégias comuns na busca de garantir reconhecimento e proteção dos territórios indígenas e das unidades de conservação e o uso sustentável e a conservação das florestas numa das regiões que apresenta os maiores índices de biodiversidade no planeta.

Participaram da reunião 60 pessoas, representantes de 08 ONGs do Brasil, Bolívia e Peru, 17 organizações e associações indígenas extrativistas e lideranças das unidades de conservação (UC) e terras indígenas (TI) do Acre e Peru. O encontro contou com o apoio da Rainforest Foundation Noruega (RFN) e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

No primeiro dia de encontro, instituições tais como o Centro de Trabalho Indigenista, o Instituto Herencia e o Instituto del Bien Comun falaram sobre seus trabalhos na fronteira. As exposições estiveram em torno da proteção de comunidades indígenas isoladas e sua autonomia territorial e identitária, preservação e conservação ambiental, bem como os grandes projetos de infra-estrutura na região Acre-Ucayali e na região MAP e seus efeitos sobre comunidades indígenas e tradicionais no que diz respeito a seus planos de gestão territorial e sua sobrevivência no dia-a-dia. Ademais, um dos coordenadores do evento, Marcelo Piedrafita, ofereceu um panorama geral sobre o que está ocorrendo na região em termos das grandes obras de infra-estrutura e suas possíveis conseqüências para as comunidades tradicionais e o meio-ambiente em seu entorno.

No primeiro momento, foi apresentado o objetivo do encontro, que tem permitido a conversa entre as pessoas das comunidades extrativistas, indígenas, ribeirinhas e dos assentamentos. Estas conversas têm permitido a troca de informações entre organizações não-governamentais e movimentos sociais sobre grandes obras de infra-estrutura e seus impactos sobre as Unidades de

Conservação, Terras Indígenas e Reservas Extrativistas. Tudo isto a fim de criar uma agenda conjunta em projetos ou na troca de informações que já vem ocorrendo nos últimos anos no marco do Fórum Binacional, mas que esta sendo deixado um pouco de lado pela iniciativa governamental, que o criou. Cabe ressaltar que os impactos discutidos foram pensados particularmente no ponto em que podem afetar comunidades tradicionais, tais como os povos isolados, e sua sustentabilidade e sobrevivência em um território garantido e protegido.

Foi ressaltado que instituições parceiras como o IPAM, Instituto Herencia e membros da iniciativa MAP (Madre de Dios, Acre e Pando) também pudessem participar das discussões e falar de suas experiências e projetos em áreas de fronteira. Neste sentido, embora a participação das pessoas do Alto Juruá seja reduzida, outras pessoas também trabalhando na fronteira podem participar (aquelas vindas do Peru, na região dos rios Purus e Acre, e da Bolívia).

Destacou-se a importância de discutir as infra-estruturas que estão sendo planejadas, que mudam e trazem transformações na vida dos povos da floresta. Sendo o espaço do GTT privilegiado por permitir ouvir diretamente das pessoas o que elas estão sentindo e planejando. Estas pessoas, assim, serão ouvidas diretamente e, não, por meio de organizações. Isso é importante porque é uma oportunidade de fazer uma crítica às próprias organizações que estão trabalhando com os povos de fronteira. Esta discussão também é um debate acerca dos direitos humanos para que representantes das comunidades indígenas e de florestas possam relatar quais são os principais problemas que os estão **abatendo**.

Com as apresentações das organizações de apoio, houve uma rodada ampla de apresentações com as lideranças de comunidades indígenas de fronteira. A idéia foi expor não só sobre o que ocorre, mas oferecer sugestões para a continuação do trabalho do GTT.

Do lado peruano a participação de Edwin Chota Valera, dirigente da Asociación de Comunidades Nativas Asheninka de Masisea y Callería (ACONAMAC), apresentou um comovente vídeo sobre as trágicas conseqüências da atividade madeireira ilegal sobre as comunidades Ashaninka nos rios Tamaya e Callería, ainda hoje não regularizadas.

O tema sobre as mudanças climáticas que o planeta e a região vêm sofrendo nos últimos anos tem ganhando relevância nesses encontros, a partir do contexto dos impactos ambientais causados pelos grandes projetos de infra-estrutura, a exploração de petróleo e gás e o desmatamento na Amazônia colaboram para as mudanças do clima, que, cada vez mais, têm sido sentidas nas aldeias e comunidades. Este assunto ficou a cargo de Foster Brown, da Woods Hole Research Center (WHRC).

Com o objetivo de garantir a participação de todas as organizações presentes o evento foi estruturado em dois momentos; o primeiro por meio de apresentação Power point, perguntas e debate sobre a atualização e nivelamento de informações e agendas bilaterais, os grandes projetos de infra-estrutura e as políticas públicas nacionais em curso na faixa de fronteira Brasil/Peru e ações das organizações não governamentais e demais movimentos sociais na fronteira.

No segundo momento os participantes formaram cinco grupos de trabalho para discutir e elaborar propostas e estratégias conjuntas para 2010, a partir das demandas das comunidades, lideranças e organizações locais, para que posteriormente venham subsidiar os projetos em curso das organizações de apoio a essas comunidades e a atualização das agendas das três Comissões (Biodiversidade, Desenvolvimento Sustentável e Povos Indígenas).

Objetivo Geral

Apresentar informações atualizadas sobre projetos de desenvolvimento e integração e atividades ilegais em curso na fronteira; debater os impactos que essas ações trazem nas comunidades indígenas e extrativistas da região; trocar informações sobre as ações das organizações sociais e não-governamentais na fronteira; e criar uma agenda de trabalho para o ano de 2010 com base nas demandas apresentadas durante as discussões.

Depoimentos iniciais acerca da importância do encontro

Malu Ochoa, representante da CPI/Acre explicou a função e objetivo do encontro, que tem permitido a conversa entre as pessoas das comunidades extrativistas, indígenas, ribeirinhas e dos assentamentos: “Estas conversas, têm permitido a troca de informações entre organizações não-governamentais e movimentos sociais sobre as grandes obras de infra-estrutura e seus impactos sobre as Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Reservas Extrativistas. O objetivo é criar uma agenda conjunta em projetos e gerar troca de informações”.

Destacou que o diálogo já vem ocorrendo nos últimos anos e tem como marco o Fórum Binacional, que agora foi deixado um pouco de lado pela iniciativa governamental que o criou. A coordenadora da CPI também ressaltou que os impactos discutidos foram pensados particularmente do ponto de vista das comunidades tradicionais, tais como os povos isolados, e sua sustentabilidade e sobrevivência em um território garantido e protegido.

Silvia Brilhante da SOS Amazônia, outra organização que coordenou os diálogos deste GTT, deu boas-vindas e felicitou a presença de instituições parceiras, como o IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o Instituto Herencia, e membros da iniciativa MAP, para poder ampliar as discussões e aprender de suas experiências e projetos nas áreas de fronteira.

Silvia também destacou a importância de se discutir as infra-estruturas que estão sendo planejadas e transformam a vida dos povos da floresta. Ressaltou que o espaço do GTT é privilegiado porque se pode ouvir diretamente, e, não, por meio de organizações, o que as pessoas afetadas estão sentindo e planejando: “Isso é importante porque é uma oportunidade de fazer uma crítica às próprias organizações que estão trabalhando com os povos de fronteira. Esta discussão também é um debate acerca dos direitos humanos, para que representantes das comunidades indígenas e da floresta possam relatar quais são os principais problemas que estão passando”.

Sebastião Aragão – (representante do Conselho do Parque Nacional da Serra do Divisor): “O parque está abandonado, sem fiscalização”.

Antonio Barbosa de Melo (representante do Grupo de Trabalho da Reserva Extrativista do Alto Juruá para o Plano de Manejo): “Há muito tempo as comunidades indígenas e extrativistas já deviam ter seu plano de manejo para conservar a terra e para lutar por sua liberdade e vida. Vários povos lutaram para sua sobrevivência como nativos, já que, sobre o futuro, somente eles

poderiam falar. A academia não pode impor os planejamentos que ocorrem na floresta. Hoje, quando vejo os indígenas-professores fico muito feliz porque este é o caminho. O Plano de Manejo é um planejamento vindo dos moradores do local. Esta será a realização do sonho de Chico Mendes. O ICM-Bio vem de uma instituição que resgata a idéia da aliança dos povos da floresta. Mas será que somente as instituições poderão discutir isso? Ou isto será papel da população local?”

Jaime Manchineri (representante da OPIAC): “É importante discutir os impactos que estão surgindo e sobre como se pode conservar ou preservar as terras. Convive-se há muito tempo na mesma terra e, por isso, tem que haver a troca de experiências entre índios, seringueiros, ribeirinhos, etc.”.

Josias Kaxinawá (representante da Associação dos Agentes agroflorestais do Acre): “Os povos indígenas estão na fronteira entre Brasil-Peru e, por isso, é importante a discussão em conjunto para a sobrevivência dos povos. Com os parceiros, tenta-se fazer isso. Além disso, é importante conhecer novas organizações, outros parentes, para trocar experiências e colocar em prática o trabalho.

Edwin Chota (Representante das comunidades do Tamaya): “A união e as alianças são muito importantes para observar de que maneira se pode ter um desenvolvimento em comum. É importante para ver se as dinâmicas entre os países se aproximam ou se afastam. Os impactos notados são muito fortes, principalmente na região de Madre de Dios. Não existe conversa com o governo peruano. No Brasil, há conversa entre os povos para o desenvolvimento. Mas, na verdade, não se pensa que estes grandes investimentos em desenvolvimento têm grandes impactos na vida dos povos indígenas. As concessões de hidrocarbonetos e as obras de infraestrutura são muito ruins para os povos”.

Edwin chama a atenção para os madeireiros e mineradores que estão explorando áreas com índios isolados: “É importante conversar e forjar novas idéias”.

Francisco Piänko (Assessor Especial de Povos Indígenas do Governo do Acre): “O encontro traz uma temática que une os povos da floresta. Os povos da floresta só conseguiram superar as dificuldades quando se uniram. A criação do conselho consultivo do Parque Nacional da Serra do Divisor pela SOS Amazônia foi um momento importante porque uniu diferentes povos da floresta. A criação da Reserva Extrativista e das Terras Indígenas no Alto Juruá também foi importante para criar espaços de diálogo. Outro ponto importante foi a criação do GTT, que permite forjar estratégias para fiscalização e elaboração de trabalhos. O grupo fala de uma coisa importante que é a invasão das terras para a exploração de recursos naturais. Começou no Amônia, depois envolveu o Parque, depois o Breu. Os municípios do Alto Juruá, em geral, vivem este problema, e por isso, foram obrigados a divulgar o que está acontecendo. O contato com as pessoas do Peru, o envolvimento do governo do estado e das lideranças regionais foi muito forte e importante para superar as dificuldades financeiras e conter a invasão. Estes eventos marcaram as lideranças. Isto não se trata das diferenças entre os países, mas, sim, de uma ameaça regional. Há uns cinco, tinha-se um mapa da região do Peru praticamente em branco. Hoje, o mapa mostra claramente o que ocorre no Peru e o que está acontecendo no lado da fronteira brasileira também. Só a partir das informações levantadas, ficamos sabendo do que está acontecendo, o impacto das ações. O GTT tem a importante função de reunir atores do movimento social e, ao mesmo tempo, fazer com que haja antecipação para combater as frentes que ameaçam a população e o território. Em 2001 e 2002, a Apiwtxa estava liderando os processos na fronteira. Neste momento, conseguiu-se fazer uma aliança muito forte regional”.

Francisco destacou que a comunidade Sawawo está procurando a comunidade Ashaninka do Amônia depois de ter tido uma aliança com uma madeireira para tentar superar a pobreza, depois que a terra já está completamente devastada: “Dentro do contrato, empresa deveria, em troca da retirada de madeira, prestar serviços para deixar a comunidade preparada para o futuro. A procura

dos Ashaninka do Sawawo pelos Ashaninka do Brasil foi uma surpresa muito grande, já que os primeiros assumiram que estavam errados, quando fizeram a aliança com a Florestal Venao. Foram pedir apoio para ver como poderia cobrar da empresa o prejuízo causado”.

Resumo das apresentações

Agendas bilaterais, grandes projetos de infra-estrutura e políticas públicas nacionais na fronteira Brasil/Peru

Marcelo Piedrafita – antropólogo consultor da CPI-Acre e da Assessoria Especial dos Povos Indígenas do Acre

Marcelo Piedrafita inicia sua apresentação dizendo que um dos seus trabalhos consiste em acompanhar as dinâmicas no Alto Juruá e, por isso, fará uma apresentação sobre o contexto das reuniões do GTT (Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá – Brasil/Peru). Destaca que o momento é para a discussão de novas articulações, novos contextos e novas alianças. Como também a troca de informações e debate, retomando o diálogo com os bolivianos e peruanos, e criando um espaço para que outros povos tragam suas vivências. Ressalta que sua apresentação mostrará a visão do conhecimento das realidades locais das comunidades e a percepção do lado brasileiro.

Primeiramente, Marcelo discute as políticas públicas que estão em curso na fronteira Brasil-Peru, principalmente, aquelas que se referem as agendas bilaterais de grandes projetos de infra-estrutura e políticas nacionais. Recordando um pouco a história do Acre, diz que o estado tem aproximadamente 100 anos, e que, durante esse período, a população viveu basicamente do extrativismo: “Esse processo gerou uma articulação para que houvesse reconhecimento pelos governos estadual e federal dos territórios comunais ocupados pelos extrativistas”.

“Hoje, o Acre possui um mosaico de comunidades indígenas e áreas de conservação que abrangem 46% do território do estado. Ao longo de toda a fronteira Acre-Peru, há Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Reservas Extrativistas.

Acre - 43 Áreas Protegidas = 29 TIs + 14 UCs somando um total de 7,8 milhões de hectares (46% do Acre) MAPA

Especificamente, na fronteira Brasil-Peru, há um mosaico de 14 terras reservadas. **Pensando um pouco mais amplo da linha de fronteira, contempla 4 milhões e 900 mil hectares”.**

Linha de fronteira - 9 TIs + 1 parque estadual = “isolados” + 5 povos indígenas = 2.056.269 ha.

MAPA + TABELA

“No Acre está uma das maiores populações de índios isolados da Amazônia. A principal concentração é no paralelo 10º, no limite da fronteira Brasil-Peru. Há uma dinâmica criada em torno disso por causa da exploração de madeira e petróleo. Há vinte anos, a FUNAI vem fazendo o monitoramento da região para garantir que os indígenas isolados estejam longe dos processos econômicos que acontecem ao seu redor”.

“No contexto de políticas públicas, o estado do Acre está frente à dinâmicas importantes. Os conceitos de “Aproveitamento de Florestas” e “Organização das Comunidades” se transformaram em um projeto político do governo do Acre, chamado “Florestania”. Da mesma forma que atua

com oportunidades importantes, o estado do Acre também se depara com um desafio complexo. Adotar esses conceitos como política de governo, sem esquecer da dinâmica comunitária, que já fazia isso muito antes do estado”. Marcelo explica que o extrativismo permitiu ao Acre uma riqueza cultural e ambiental muito importante, além da organização comunitária e da participação em elaboração de políticas públicas pela população.

“Hoje, este rincão, “Florestania”, está em cheque por um cenário de grandes obras de infraestrutura, que insere o estado do Acre em grandes políticas de desenvolvimento do sudoeste da Amazônia. Isto cria um dilema para a “Florestania”.

Marcelo diz que seu papel é pensar as obras de infra-estrutura e seus impactos, e como as comunidades vão viver nesse contexto: “Ao longo de quase 20 anos, as organizações indígenas e seringueiras criaram seus territórios de participação, de reconhecimento do potencial de suas terras, de diversificação de suas fontes de alimentação, bem como de renda. Um exemplo disso é o etnomapeamento que está acontecendo nas regiões, demonstrando acordos locais que vislumbram um desenvolvimento por uma outra via”.

O antropólogo explica um pouco sobre o etnomapeamento, que foi um projeto iniciado em 1996, e retomado em 2006, trazendo um zoneamento ecológico do estado representado em um mapa de gestão territorial: “Os mapas estão definidos de acordo com suas especificidades naturais, sociais e políticos. É uma ferramenta que norteia a política do estado do Acre, e, hoje, no contexto global, pode abrir oportunidades importantes de conservação da floresta. O etnomapeamento é um instrumento que o governo tem com a comunidade fortalecida, com o propósito de discutir os contextos mais amplos dentro de sua realidade”.

“Hoje, o plano de governo é um plano estratégico de programas estruturantes com impacto na economia. Os motes são: Florestania, Empoderamento das comunidades, e o Acre como um dos melhores lugares para se viver na Amazônia”.

“Os números do planejamento estratégico do governo do Acre indicam que 57% está concentrado em projetos de infra-estrutura (estradas) e outros 30,7% em infra-estrutura social. E as outras formas de organização para utilizar o capital humano e social? Embora, sejam projetos importantes, deve-se olhar criticamente. Fontes de financiamento do governo federal nos leva a planejamentos maiores, de nível nacional e regional”. Marcelo exemplifica com a BR-319 (Manaus-Porto Velho), as hidrelétricas no Rio Madeira, o gasoduto Cohari-Porto Velho, e com a atividade de prospecção e exploração de petróleo e gás nesta região.

“Há dez anos se pensava o que fazer para sair da borracha. Hoje, a reflexão é como ficará a relação entre homem e meio-ambiente diante destes planejamentos políticos e econômicos. Exemplos críticos que podem transformar a relação homem-meio-ambiente: Transoceânica – continuação da BR 317; BR-364, Estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul; Conexão energética Pucallpa-Cruzeiro do Sul; Investimento Público-Privado: Trem Brasil-Peru, Agenda PAC, IIRSA e PPA no sudoeste amazônico. Do sudoeste amazônico até o Pará, a Floresta Amazônica está dividida em 3, e o estado do Acre está encurralado e apertado nos últimos anos com estes projetos”.

Projeções na área da fronteira Brasil-Peru

Marcelo conta que nos últimos 3 anos, uma das conversas importantes que esteve em pauta foi como a possibilidade de exploração e prospecção de petróleo no Acre influenciará a vida no Juruá. “As áreas de nova fronteira fazem parte de um plano decenal para o desenvolvimento das citadas práticas. Isso é importante para a discussão das agendas com o Peru, pois viola o planejamento e zoneamento econômico do Acre. É mais um exemplo de política vinda de cima para baixo. Autoritarismo da ANP – Agencia Nacional do Petróleo”.

“Na primeira etapa ocorreu o levantamento aéreo, em 1997. A segunda atividade, cumprida sem o conhecimento da sociedade, foi em 2008, quando houve coleta de materiais geoquímicos do solo. 2000 amostras de solo foram coletadas no Juruá. 530 pontos situados nos limites das Terras Indígenas. A área coincide com região de Cruzeiro para a região de Pucallpa. Autorizações dadas pelo ICM-Bio e IMAC (Instituto de Meio Ambiente do Acre). A FUNAI não se pronunciou oficialmente”.

“A grande novidade na região do Juruá é a ação da ANP, que autorizou o levantamento sísmico na região, ou seja, explosão de pontos na floresta. 40 mil pontos na área. Três explosões, que somadas vão utilizar 130 toneladas de nitrato de amônia. As explosões passam dentro de projetos de assentamento como Santa Luzia e Rodrigues Alves.”

Marcelo chama a atenção para um fato: “Fala-se de prospecção, mas que ninguém sabe exatamente o que está acontecendo. Tem consulta pública, mas as pessoas não estão recebendo informação. As pessoas que planejam não pensam que há outras pessoas vivendo na região”.

Marcelo afirma que está levando a situação para o Governo do Acre **ver a possibilidade disso ser pensado dentro do Zoneamento Ecológico e Econômico. Mas enfatiza** que antes da eleição, nada será dito a respeito destas licitações e licenciamento. O antropólogo também destaca para os participantes das comunidades que estão presentes na reunião do GTT: “Não será o governo que fará isso, mas a empresa, o terceiro setor é que irá tratar com a comunidade. O discurso é que haverá emprego para a comunidade nos mil quilômetros de ramal que serão abertos. Mas acredito que não serão para os acreanos. São oito linhas sísmicas e 120 mil explosões. Os seringueiros não podem comprar nem 150 gramas de pólvora porque o IBAMA não permite. Contudo, empreiteiras podem vir com 130 toneladas de explosivos”.

O lado peruano da fronteira internacional

Marcelo explica um pouco sobre a Comissão Mista Brasil-Peru, que demarcou os limites territoriais nos anos (1913-1914; 1920-1927), e sobre o reavivamento dos marcos (2004-2007), e também sobre a impugnação no Ministério Público Federal pelos Ashaninkas.

“Olhando para os rios, vemos oito rios que são binacionais (Peru e Brasil). Há que considerar o que está acontecendo do lado peruano, os impactos nestas águas consumidas pelos povos da floresta. Há que considerar as possibilidades de gestão de ecossistemas que se estendem nos dois lados da fronteira. Merece atenção o que ocorre do outro lado. Olhando de longe, há um mapeamento importante das organizações do lado peruano”.

Marcelo alerta para as concessões madeireiras no lado peruano: “São 3 milhões de hectares concedidos próximos à Terra Indígena Ashaninka e à Reserva Territorial Murunahua, destinada aos Povos Indígenas Isolados. Isto resultou em um intenso mercado de legalidade e ilegalidade. Foi constatada a entrada no lado brasileiro de empresas que tiram a madeira para levar para o lado peruano, onde a retirada é legal. Além dos acampamentos, há retirada de caça. Isto resultou em invasão de comunidades e alteração da vida nativa nas reservas territoriais”.

Marcelo lembra do caso da Florestal Venao – certificada com selo SFC, com recurso da USAID. A empresa madeireira tem sua atuação localizada em Nova Itália, na bacia do rio Ucayali, atravessando 160 km de estrada até chegar ao Juruá: “Isto tem impactos na chegada de índios isolados no lado brasileiro”. O antropólogo ressalta que a atividade madeireira está sobreposta a outras atividades, como a exploração de petróleo, causando deslocamento de populações e degradação ambiental.

Marcelo também alerta para outras ameaças, como o tráfico de pasta base de coca, que passa na região de fronteira, a mineração na bacia do Abujao, fronteira com o Parque Nacional Serra do Divisor, e a contaminação de águas pelo mercúrio que é jogado nos afluentes do rio Madeira no

Peru e que acaba vindo também para o lado brasileiro: “Quando represarem o Madeira, será muito pior. O momento é de tristeza do lado peruano e de preocupação do lado brasileiro”.

Realidade e perspectiva de Petróleo e Gás.

“Excluindo a região do Parque Nacional Serra do Divisor, as concessões petrolíferas do lado peruano estão encostadas na bacia do Rio Acre. 72% da floresta peruana está entregue a empresas transnacionais. O Brasil tem 3 milhões de hectares concedidos pelo Peru. Uma delas é a concessão do lote 110 para a Petrobrás. O contrato da Petrobrás é de 1 milhão e meio de hectares, pelo qual se pretende explodir a Reserva Territorial Murunahua”. Marcelo destaca que esta situação expressa uma política socioambiental dupla da Petrobrás. (Obs.: **Atualização da informação com a notícia de maio de 2010: O lote 110 vai se desmembrar em Lotes 169, 171, 173, 174, 175, 188 e 189 e não se sobrepõe mais a Reserva Murunahua**).

Marcelo também comenta que a empresa Hunt Oil está sobreposta à reserva natural do lado de Ucayali (Reserva Territorial Iscunahua), região do Alto Juruá, Amônia e Tamaya.

Complexo Hidroelétrico no rio Madeira

Marcelo explica que os benefícios do Complexo Hidroelétrico no rio Madeira não vêm para a região Norte e, sim, para as grandes indústrias de São Paulo: “O consórcio prometeu energia barata, qualificação de mão de obra, mas a situação não é bem essa. Hidrelétrica com estrada pode causar grandes problemas devido ao desmatamento e ao garimpo. O problema é que todas estas obras na fronteira estão sendo feitas por grandes empresas brasileiras. Financiamento feito diretamente pelo BNDES, que se concentra nas mãos das empresas, que indiretamente, acabam decidindo a vida de uma parte da população brasileira. 16 bilhões de dólares investidos na América Latina. Imagine se este dinheiro estivesse sendo investido em outro tipo de desenvolvimento”.

Marcelo ressalta que no lado do Juruá, há outros conjuntos de projetos na agenda IIRSA, como a estrada Cruzeiro do Sul-Pucallpa, de 247 milhões de dólares: “A estrada atravessa o Parque Nacional da Serra do Divisor, territórios de índios isolados e assentamentos, além da integração energética que caminha junto com a estrada”.

Agendas Binacionais Brasil – Peru

Marcelo levanta uma questão: “Quem são os atores? Fazer e responder esta pergunta possibilita a articulação do movimento social em torno da agenda de integração e de seus problemas”.

O antropólogo explica que em 2006, Alan García e Lula firmaram um compromisso de alta prioridade para a integração em infra-estrutura entre Brasil e Peru: “Em Setembro de 2009, várias organizações ambientalistas mundiais pediram ao BID e ao BIRD que repensem qualquer possibilidade de conexão viária entre Pucallpa e Cruzeiro do Sul. No documento, o GTT aparece como um ator importante a ser ouvido neste processo”.

Cooperação e Interconexão Energética

Marcelo contextualiza lembrando que em 1997 o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério das Minas e Energia assinaram um acordo para elaboração de políticas energéticas para a região. Também recorda que em 5 de agosto de 2008 Lula e Alan García citam a importância da integração energética: “O acordo prevê a cooperação técnica para a realização de projetos no Peru feita pela Eletrobrás, e a possibilidade de construção de 6 hidrelétricas em território peruano. Novamente, gera-se um impacto do outro lado da fronteira pelas empresas brasileiras”.

Fóruns, Redes, Movimentos (Sociedade Civil, governos e academias) no Vale do Juruá.

Marcelo comenta que agora a perspectiva é de articular a observação das dinâmicas Brasil-Peru via redes sociais, e pontua algumas ações do movimento de discussão:

2004 - Secretaria Técnica Acre-Ucayali realizada, pelo Governo do Acre e o Departamento de Ucayali.

2005 - Projeto de Conservação Transfronteiriço da Região da Serra do Divisor.

2005 – criação do Grupo de Trabalho para a Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e do Alto Juruá, criado como espaço de discussão entre organizações indígenas, populações tradicionais, governos e ONGs.

2006 - Fórum Integração Acre-Ucayali, onde participaram governos, associações, ONGs, indígenas. Foram criadas 7 comissões. Desmobilizado no final do mesmo ano foi época de eleições tanto em Ucayali como no Acre.

Para isso deve-se buscar:

Empoderamento das organizações indígenas e das ONGs indigenistas e ambientalistas

Mais articulação no sistema MAP, qualificando a participação para os fóruns do GTT e para o monitoramento de agendas bilaterais.

Pontos fundamentais discutidos e articulados pelo GTT - Grupo de Trabalho para a Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e do Alto Juruá:

Direito à consulta prévia e informada em relação aos programas que estão sendo pensados na região, seguindo o Convênio 169 da OIT.

Diálogo em um contexto muito mais amplo e sob o ponto de vista local e binacional para a proteção dos índios isolados.

Exploração madeireira, principalmente pela empresa Forestal Venao, causando impacto nas Terras Indígenas, e denúncia da maciça migração de ashaninkas para a região de fronteira, principalmente para o Breu, articulada pelas empresas.

Atenção para os impactos que as atividades extrativistas estão causando no lado peruano.

Atenção para a “dupla” imagem de responsabilidade social da Petrobrás.

Reivindicar dos órgãos públicos, e daqueles que fiscalizam questões ambientais e indígenas, o cuidado para a situação da fronteira.

Reivindicar fiscalização pelo lado peruano das políticas integradas na região de fronteira.

Fazer com que os órgãos públicos olhem para as dinâmicas que as próprias comunidades criaram para a fiscalização da área.

Continuidade das experiências dos agentes agroflorestais, e da implementação de planos e reuniões com as comunidades sobre os planos de gestão e segurança de seus territórios.

Elaboração de materiais didáticos.

Continuar promovendo encontros entre as lideranças para a articulação transfronteiriça.

Criar uma comissão pró-ativa para fiscalizar e monitorar as atividades na fronteira.

Encerramento da apresentação e espaço para as discussões e articulações sobre as dinâmicas Brasil-Peru.

Silvia Brilhante (SOS Amazônia) ressalta que houve convite para a participação do governo estadual por parte das secretarias de meio-ambiente e planejamento, pelos gestores da ASAREAJ e do Parque Nacional da Serra do Divisor.

Antônio de Paula (Associação dos Amigos das Águas do Juruá) fala da visita de Tião Viana com a Petrobrás para a licitação e prospecção de Petróleo e gás no Alto Juruá.

Marcelo fala que as unidades de conservação estão respeitadas em seus 10 km, mas que a questão é: “Por que as pessoas da reserva extrativista e do assentamento têm mais direitos que os indígenas? Por que criar um cidadão de segunda categoria na floresta? Será que o dinheiro do petróleo vai ensinar os prefeitos a governarem? O dinheiro do royalty é solto, não é vinculado a investimentos no social, por exemplo. Vai gerar prejuízo na floresta para o pessoal da cidade enriquecer”.

Marcelo explica no mapa como as licitações respeitaram os limites de 10 km nas áreas de conservação. “Mas, com relação às terras indígenas, não está sendo respeitado. Se passar por cima de uma TI, a empresa tem o direito de deslocar 10 graus de inflexão em relação à linha. A informação foi levantada no mês passado”. O antropólogo falou com representantes do estado do Acre e com o governador, mas não sabe exatamente o que eles estão pensando. O que sabe é que chamaram um representante da ANP para conversar: “A prospecção implica em aberturas de clareiras e em vários impactos que o desenvolvimentismo nacional pode trazer”.

Depoimentos das lideranças sobre questões transfronteiriças a partir da realidade de seus territórios e comunidades

Roxo (checar esse nome e sobrenome) (RESEX do Alto Juruá): fala de suas dificuldades para descobrir a diferença entre a vida na cidade e na floresta: “O povo deve ter nome e ser respeitado, deve ser ouvido e formar a sua própria lei. Às vezes, as pessoas estão dentro de suas casas e passa um helicóptero para a prospecção, para abrir a clareira, e não se sabe o que está acontecendo. As pessoas chegam e dizem que vão levar desenvolvimento, mas que espécie de desenvolvimento é este? Porque desenvolvimento é o que traz comida para a mesa das pessoas”.

Ronaldo Cândido da Silva (Sindicato dos trabalhadores rurais de Rodrigues Alves): “Quando chegam lá, fazem as explosões. E o que vai ocorrer com os rios, o que será largado nos rios?” Ele ressaltou que quando esteve na Yorenka, em julho, Benki disse que tudo o que plantaram na cabeceira do rio, após a alagação, não brotou: Isso pode ter acontecido pelos dejetos químicos vindos da plantação de coca no Peru”.

Perguntas para o antropólogo Marcelo Piedrafita:

Elsa Mendonza (IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia): “Há menos de um mês, Lula declarou que entre 50 e 100 anos o país não deveria se preocupar com petróleo e gás. A pergunta é: Qual é o interesse das pessoas do ‘governo da floresta’ apoiarem este projeto, já que é um senador do Acre que está a frente do processo?”

Marcelo Piedrafita (CPI): “Falta compreensão da situação. Na última reunião, houve recomendações para o fortalecimento da rede e para que não se personalize a discussão (pessoas e instituições), pois a perseguição acontece. No Acre, procura-se personalizar a política do petróleo. Ao observar os planos decenais de exploração na fronteira, percebe-se que isto ocorre desde 1992. E, então, fora da alçada da descoberta do Pré-sal. Contudo, há necessidade de se prospectar as possibilidades de existência de gás e petróleo, e a quantidade suficiente e rentável destes materiais. Há estudos para a construção do gasoduto Caruari-Cahuari”.

“Que necessidade há de exploração? Não se discutiu o Pré-sal e seus impactos no mar? Implica na reformulação da legislação toda, dimensão institucional, investimento em tecnologia, mas o governo não se dispõe a fazer isso hoje. Por que virão para o fim do mundo na Amazônia fazer isso? Já que há discussões sobre direitos humanos e desgaste político. Há trinta anos está se falando em ‘floresta’, há muito tempo. Agora, abre-se uma oportunidade imensa de venda de carbono e há pessoas que se aproveitam disso para capitalizar-se. Dentro dos fóruns internacionais, isto está abrindo um dilema complicado. O governo está vendendo o discurso da ‘Florestania’ ao mesmo tempo em que trabalha com investimento em petróleo”.

Lucas Arthur Manchineri (TI Mamoadate): “Fala-se muito em impactos no Alto Juruá, mas na região do Mamoadate a questão não é discutida. É como se não houvesse pessoas ali. Não é só no Alto Juruá que há indígenas. A Terra Indígena Mamoadate deve ser incluída no documento”.

Marcelo Piedrafita (CPI - Comissão Pró-Índio): “Sobre a ausência de informações mais densas que estão acontecendo na região MAP. O movimento do GTT começou a acontecer no âmbito Acre-Ucayali. Mas se as pessoas do MAP estão chegando, a ideia é juntar e fazer agendas conjuntas. Já há uma quantidade de instâncias na agenda MAP. Pode-se, então, trazer as informações e as iniciativas já consolidadas também para o GTT. O desafio é poder juntar as discussões”.

Conrado (checar sobrenome) (CTI - Centro de Trabalho Indigenista): “Em uma conversa com um geólogo da North Energy, ele disse que ainda não é negócio investir na Amazônia por conta do investimento grande que se exige em logística. O interesse que existe hoje é mais geopolítico. O que ocorre é que há atualização das informações que começaram a ser detectadas em 1970. Contudo, sente-se falta de que esta informação seja compartilhada com pessoas que trabalham na região com zoneamento. Para quem está trabalhando com Amazônia é mais interessante ir para o Peru, pois sua legislação indigenista e ambiental é muito mais frouxa. Depois que toda a infra-estrutura já estiver montada, será chamada a atenção das empresas estrangeiras”.

Marcelo Piedrafita (CPI - Comissão Pró-Índio): “Há muito que aprender com a experiência peruana porque lá a legislação permite uma série de ações que geram amplos impactos”.

Ações das organizações não governamentais e demais movimentos sociais na fronteira

As instituições organizadoras do GTT, CPI-Acre e SOS Amazônia, fizeram uma breve exposição sobre ações desenvolvidas na região de abrangência do GTT e dentro de seu âmbito institucional. Os representantes das comunidades puderam entender o que já existe em termos de atividades práticas e levantamentos feitos pelo Grupo de Trabalho. Após as apresentações, houve uma ampla rodada de depoimentos de lideranças das comunidades indígenas, das reservas extrativistas e dos assentamentos. Eles expuseram os problemas da fronteira que os atingem, e as soluções que têm encontrado para viver melhor em suas regiões e com as comunidades do entorno. Depois de todas as apresentações, houve troca de perguntas e respostas. A principal ideia foi discutir só sobre o que está ocorrendo na região de fronteira, e também oferecer sugestões para a continuação do trabalho do GTT e seus planos de ação

Centro de Trabalho Indigenista (Brasil)

Conrado (checar sobrenome) – Geógrafo do CTI

Inicia sua apresentação falando sobre a importância da defesa dos direitos dos povos indígenas isolados da fronteira Brasil-Peru, e explica que o CTI surge da ideia de antropólogos conseguirem ter uma ação mais engajada.

“Em 1994, aconteceu a primeira parceria entre a CTI e a FUNAI para localizar isolados na região dos **Ava Canoeiro**. Depois veio a identificação e demarcação da Terra Indígena Zoé, no Pará. Em 1999, a FUNAI forma um convênio com a CTI para localizar e identificar índios isolados no Vale do

Javari. O objetivo é tentar fazer com que estes povos sejam respeitados em seus direitos de se manterem afastados”.

Conrado conta que a partir de 1999, começa a existir recurso para fazer a delimitação de terras para povos isolados e, assim, afastar a presença de pescadores, madeireiros, etc.: “O termo isolado do ponto de vista da legislação é uma coisa, do ponto de vista sociológico, é outra. Nenhum grupo é isolado. Há aproximação por guerras, por alianças de algum tipo, não são sociedades fechadas em si mesmas. Em 2007, começa haver grande pressão na área da Frente de Proteção Etnoambiental do Madeirinha, no norte do Mato Grosso, por causa do avanço do agronegócio”.

CTI no Vale do Javari

“Em 1999, o CTI começa a trabalhar com educação. O foco sempre foi trabalhar na perspectiva da educação, sendo complementar ao estado, e focando em discussões contextuais. Estas discussões se referiam a debater o que significa ter várias etnias dentro de um mesmo território e como fazer a gestão ambiental. Durante o curso, o pessoal da CTI também conversa sobre o problema dos isolados. As identificações de isolados são feitas por relatos de moradores que vivem perto e identificação de vestígios. Do lado brasileiro do Vale do Javari, há vestígios de 19 povos isolados. Há grupos que se tem informação e também alguns grupos de contato recente”.

Conrado usa um mapa para mostrar as propostas de criação de terras para povos indígenas isolados no Peru pela ONG Shinai: “Há uma concentração na região fronteiriça”. O geógrafo também usa um mapa das ONGs ISA e IBC que mostra um corredor de isolados na fronteira Brasil-Peru.

O complexo contexto da fronteira Brasil-Peru

“O que se está desenhando na Amazônia ocidental agora, ocorreu com muita força em Rondônia no início da década de 80. Interesses diversos e divergentes na região, terras tituladas dentro de TIs, um grande número de pleitos ainda não atendidos. No meio disso tudo, lotes para exploração de petróleo e concessões madeireiras”.

Conrado explica que desde 2001, a atividade madeireira foi intensificada no Vale do Javari: “Havia uma turma de madeireiros trabalhando, até a demarcação, em qualquer igarapé da área. Para perceber isso, basta ficar em Benjamin Constant. É uma região onde se nota a ausência do Estado. Prefeitos envolvidos com extração de madeira e narcotráfico. Islândia, na boca do Javari, é uma cidade que vive da extração de madeira e onde se fiscaliza o plano de manejo madeireiro. A energia é cedida por gerador de um dos extratores”.

“Nos últimos anos, o governo brasileiro tem financiado grandes projetos de infra-estrutura, em escalas observadas apenas no regime militar. Quando houve a reunião com o pessoal do Ministério de Minas e Energia do Peru, o discurso era que o Brasil já tinha chegado lá e que agora era a vez deles”.

Conrado faz uma reflexão sobre o conceito e a prática do desenvolvimento: “Será que este tipo de desenvolvimento é sustentável a longo prazo? Será que aguenta? A idéia proposta é diminuir a desigualdade e fazer o Brasil crescer com grandes projetos de infra-estrutura. O governo não consegue peitar o agronegócio. A hidrelétrica do Estreito, no Pará, não foi construída para a infra-estrutura, foi feita para a indústria de bauxita. Não é “Luz para todos”, são projetos de grande financiamento em infra-estrutura”.

Conrado explica que nas negociações sobre integração regional pouco se discute sobre as questões socioambientais: “Desde 2000, o governo peruano aprovou uma nova lei florestal concedendo grandes áreas da Amazônia peruana para a extração de madeira. Para a criação de uma reserva, desta forma, existe muita dificuldade. A empresa Florestal Industrial do Javari afirmou em conversa com o CTI que a madeira é beneficiada e enviada para fora do país”.

O geógrafo da CTI repete a preocupação com as concessões dadas à Petrobras, no Peru, e que estão sobrepostas em terras de índios isolados. Destaca também a questão do Pré-Sal e como as atenções deixaram de se voltar para a Amazônia.

Conrado fala do problema da migração de índios isolados do lado peruano para o lado brasileiro: “Com a ação madeireira, novos grupos começam a ser identificados pela Frente Etnoambiental do Vale do Javari”. O geógrafo explica a visão de Alan García, o presidente do Peru: “Alan García diz que os índios isolados são ‘nativos selvagens’ que se opõem ao desenvolvimento e à venda de petróleo pelo país. Ele acredita que o caminho para o desenvolvimento é a associação com as grandes empresas, e que o indígena é um obstáculo ao desenvolvimento”.

Conrado conta que em junho de 2009 a CTI trabalhou com a CGII (Coordenação Geral de Índios Isolados da FUNAI) sobre a questão dos isolados, e, em dezembro de 2008, participou pela primeira vez da reunião organizada pela Apiwtxa entre os Ashaninka do Amônia e do Sawawo: “No Javari, há o mesmo contexto do Acre no sentido dos isolados. A FUNAI agora vem tentando incorporar novas práticas para lidar com a situação”.

O geógrafo explica que a CTI está fazendo uma articulação com organizações do Peru para lidar com as populações de fronteira e a proteção dos indígenas isolados, e que a CTI também apoiou a criação do CIPIACI - Comitê Indígena Internacional para a Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário da Amazônia, do Grande Chaco e Região Oriental do Paraguai.

Conrado conta que no final de outubro de 2008 aconteceu a primeira reunião binacional sobre índios isolados na fronteira peruana e brasileira, além do lançamento do boletim ‘Povos Indígenas Isolados da Fronteira Brasil-Peru’, atualmente em sua XII edição. “Também se tentou fazer uma articulação entre a FUNAI e o INDEPA, órgão do governo peruano responsável para tratar as questões indígenas, mas a articulação foi complicada devido à grande burocracia. A idéia é fazer um intercâmbio entre as pessoas que trabalham com povos indígenas da fronteira Brasil-Peru. Este encontro sairá da ampla discussão política e irá para a prática e para troca de metodologia”.

“No Peru, recentemente, foi criada a Reserva Nacional Matsés. Atendendo ao pleito Matsés ou ao pleito das petroleiras? O pleito do povo Matsés é que fosse feita uma Reserva Comunal, mas foi criada uma Reserva Nacional. Com esta última, a autonomia dos povos é muito menor. Foi colocado como uma grande conquista, mas se fosse mesmo, seria atendendo ao pleito dos Matsés. Há um assédio enorme às lideranças peruanas de fronteira por parte das petroleiras”.

Conrado expõe algumas informações e pontos para a discussão:

- Lote 137 se sobrepõe à proposta de Reserva Territorial Javari-Tapiche.
- Repercussão na mídia: “Os povos são tratados como obstáculos ao desenvolvimento. Geralmente, povos indígenas só aparecem no jornal nacional quando algo de errado acontece”.
- Necessidade de articulação entre a FUNAI e as comunidades envolvidas para que se consolide a proteção: “Isto depende do interesse dos povos indígenas também”.
- Avanços e impasses na legislação peruana: Lei n.28736 – proteção de povos indígenas ou originários em situação de isolamento e em situação de contato inicial: “Caráter intangível da lei, ou seja, onde a lei não pode ser questionada, mas, na medida que estudos dizem que não pode impactar, pode haver investimento. Então, não é intangível”.
- AIDSESEP e IBC realizam evento em Lima sobre investigação para a identificação de povos isolados.
- Embates recentes no Peru, na cidade de Baguá, em 5 de junho de 2009, revelam a postura violenta e autoritária do governo peruano.

“Até 1987, a FUNAI tinha uma política de contato com o índio isolado. Geralmente, o contato acontecia se uma estrada ou uma grande obra de infra-estrutura ia ser feita. A FUNAI ia para ‘amansar’ os índios. Isto resultou em uma série de contatos desastrosos e existem inúmeros casos de povos indígenas que foram dizimados. A política agora é de proteção. Se tem algum grupo estabelece contato com um índio isolado ou se depara com algum vestígio dele, este grupo entra em contato com a FUNAI para relatar sua experiência e/ou achado. Estes grupos de isolados sempre existiram, mas foram se afastando por causa de um contato quase sempre forçado pela expansão das atividades econômicas. O trabalho do sertanista agora é fazer expedições, sobrevôos, para delimitar a área de ocupação de determinado povo isolado. Alguns chamam área de perambulação, mas este é um termo pejorativo. Por outro lado, se algum povo isolado quiser

fazer contato, como fazer para não dizimar a população, já que a FUNAI não tem ainda uma estrutura adequada para o contato? O trabalho não é mais de amansar. O tempo agora é de respeitar para que não haja mais ‘correrias’”.

Conrado encerra sua apresentação e abre o espaço para a discussão e perguntas.

Edwin Chota (ACONAMAC): Há algum projeto de parceria entre Brasil e Peru para proteger as populações isoladas?

Conrado (CTI): A base para isso é estreitar o diálogo e traçar estratégias em conjunto.

Instituto Herencia (Cobija/Bolívia)

Juan Reyes

Reyes inicia sua apresentação explicando que a idéia do Instituto Herencia é trabalhar com grupos de jovens para a conservação da Amazônia, e relata algumas ações:

- Conservação: fortalecimento da gestão de áreas protegidas
- Educação ambiental: gestão de bacias hidrográficas
- Articulação com os municípios fronteiriços (Brasiléia, Cobija e municípios no Peru).

Reyes explica que o Instituto Herencia trabalha dentro da iniciativa MAP (Madre de Dios, Acre e Pando): “Cada grupo de trabalho é chamado mini-MAP. Há o mini MAP de bacias hidrográficas. Estamos trabalhando junto com o Peru e Brasil para a gestão do Rio Acre e de seus afluentes”.

Reyes fala sobre o trabalho de monitoramento das queimadas em Pando. “O estudo está sendo importante porque autoridades bolivianas desconheciam as queimadas que estavam acontecendo em Pando neste ano. Criamos mapas preliminares de risco de queimadas com distintos setores da comunidade em vários municípios para evitar a queimada na época seca do ano. Criamos também o Boletim de Focos de Calor (mensal) para monitorar e divulgar a informação. O boletim vem de uma cooperação entre várias instituições, como o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) do Brasil. Divulgamos o quanto se queima também no resto do país. Além disso, brindamos informações sobre o nível de água nos rios, para que as queimadas sejam evitadas e as instituições possam se prevenir e se preparar para os alagamentos. Mostramos também os níveis de chuva em Cobija, além de um monitoramento dos últimos cinco anos”.

Reyes fala da cooperação interinstitucional para a realização de reuniões para medir de forma acurada a devastação e a degradação ambiental. “O fortalecimento da cooperação entre universidades para detectar degradações ambientais, principalmente vindo da construção de estradas, como, por exemplo, o Corredor Interoceânico, que tem grande impacto sobre as áreas de fronteira”.

Reyes conta também do problema de perseguição contra àqueles que denunciam atividades madeireiras ilegais: “Houve uma pessoa assassinada por isso”.

Reyes explica que o estudo “Perspectivas do Meio Ambiente Urbano: GEO Cobija” é parte de um programa PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente), que se chama Real Ciudad: “Parte deste produto trabalha a problemática ambiental de cada bairro da cidade de Cobija e a construção de uma agenda para melhorar os problemas ambientais existentes”.

Reyes enumera alguns exemplos de ações:

- Criação de Parque Ecológico Urbano na região de Cobija. Um projeto para evitar que a devastação se alastre mais.

- Iniciativas de educação ambiental em escolas com professores e especialistas vindos do Brasil e do Peru e, eventualmente, de outros países também.
- Publicações sobre mudanças climáticas.
- Apoio à gestão municipal para o desenvolvimento local. Para isso, pleiteia-se a educação ambiental para que os impactos ambientais possam ser avaliados.
- Programa de manejo de floresta na Amazônia Boliviana, oferecendo informações e treinamento.
- Participação Cidadã: apoio ao fortalecimento das organizações sociais e capacitação para o exercício da cidadania. Há 4 anos, quando perceberam que poucas pessoas tinham condição de votar conscientemente, começaram a criar o projeto.
- Colaboração da **COICA** e do **Parlamaz** para a realização de oficinas de trabalho com comunidades bolivianas.
- Projeto “El Bosque de los Niños”, que disponibiliza material didático para crianças sobre educação ambiental. O projeto envolve estudantes da Bolívia, Peru e Brasil. A comunidade cede um espaço de floresta às crianças, e neste território elas realizam o projeto. As parceiras são **PROMAB, LIDEMA, ARA** e Iniciativa MAP.

Juan Reyes encerra sua apresentação e abre o espaço para a discussão e perguntas.

Roxo (checar nome, sobrenome) (RESEX do Alto Juruá): “O trabalho é muito educativo e parecido com o que se está pensando em fazer na reserva extrativista. Isso é bom porque se pensa em um desenvolvimento para todos, e não apenas para um grupo”.

Lucas Manchineri (TI Mamoadate): “Estamos vendo um trabalho e uma campanha em defesa da biodiversidade e do meio ambiente. Hoje, existem alguns indígenas manchineri que saíram do Brasil e foram viver na Bolívia. Quando vamos visitá-los, vemos que não há um plano de manejo na Bolívia. Como está a situação dos indígenas na Bolívia? Eles têm autonomia para fazer seus planos de gestão? No Brasil, as próprias comunidades fazem o plano de gestão com a ajuda de alguns antropólogos”.

Juan Reyes (Instituto Herencia): “Este ano foi feito o zoneamento do departamento de Pando. A maioria da população é de camponeses coletores de castanha. Os indígenas também são coletores de castanha. O interessante sobre o setor rural camponês é que houve redistribuição de áreas com vegetação para os territórios indígenas e para os camponeses. Nas TIs, os indígenas têm total autonomia para gerir o território”.

Lucas Manchineri (TI Mamoadate): coloca que a parceria tem que se manter forte porque na maioria das vezes o indígena é afetado: Vemos que os Manchineri estão sendo afetados”.

Juan Reyes (Instituto Herencia): coloca que não sabe exatamente o que acontece na terra Jaminawá e Manchineri na Bolívia.

Lucas Manchineri (TI Mamoadate): “Na Bolívia, há problema com o manejo, porque não teve planejamento. Há invasão, há pessoas que fazem que os indígenas vivam como na época do cativo, obrigando a tirar castanha, por exemplo”.

Juan Reyes (Instituto Herencia): As atribuições do território estão dadas, o plano de manejo está feito. O problema é a aplicabilidade que está gerando tensão nas comunidades. Parece que o problema é mais interno, das organizações. Isto implica que deve haver algum trabalho interno para manejar estes territórios.

Instituto del Bien Común (Ucayali - Peru)

Juan Pablo Saavedra – antropólogo do IBC –

Inicia a sua apresentação dizendo que o IBC trabalha para o bom manejo dos bens comuns, promovendo o desenvolvimento sustentável na regiões de Loreto, Pachitea e Ucayali, na Serra do Divisor.

Juan Pablo expõe alguns dados do IBC:

- Orçamento: 1 milhão e 800 mil dólares financiados pela Fundação Gordon and Betty Moore.
- Instituições envolvidas: MINAM-SERNANP, MRE do Peru, Gobierno Regional de Loreto, Gobierno Regional de Ucayali e INDEPA.
- Subdonatário: The Natural Conservancy.

Juan Pablo levanta uma questão para o grupo: “O que é um mosaico? O mosaico trata de integrar e ver a dependência e interdependência de diferentes espaços de uso ambiental. Pode ser uma Unidade de Vonservação, Uma Reserva Territorial para Isolados, um Parque Nacional. O mosaico tenta, de alguma maneira, compreender a relação entre diferentes espaços ambientais para que o projeto de desenvolvimento seja harmônico e sustentável”.

“A área da Serra do Divisor é uma zona reservada que em algum tempo será categorizada de acordo com suas especificações de exploração. As Reservas Territoriais Isconahua e Murunahua são destinadas para povos indígenas isolados. Espera-se criar um diálogo entre as populações locais, os governos e a sociedade civil, para que a Serra do Divisor continue sendo preservada”.

Algumas ações do trabalho do IBC:

- Espera-se conseguir a categorização como Reserva Indígena, com monitoramento de áreas em nível nacional, estadual e regional, e com a consolidação da proteção da Reserva Territorial de Isconahua.
- Ordenamento e saneamento legal de algumas comunidades para que algumas populações possam amortecer a agressão à Serra do Divisor.
- Contribuir para a divulgação do tema dos índios isolados. Muitas instâncias governamentais fazem um grande esforço para minimizar a discussão sobre a problemática destas populações. Quando há conflitos de interesses com grupos econômicos e este tema não seja público.
- Contribuir para a criação da Reserva Isconahua para os PIAVs e as ANPs. Consolidar o projeto pela conscientização da população.

Juan Pablo expõe pontos e propostas do Projeto de Diálogo e Sensibilização:

- Nível Interinstitucional
- Oficinas de divulgação em instituições públicas.
- Restabelecer a mesa de diálogo sobre os povos isolados de Ucayali.
- Difundir os mecanismos legais dos PIAVs em nível regional e local
- Mapeamento das ameaças às reservas e dos atores de nível primário a serem afetados e/ou praticando estas ameaças.
- Oficinas de sensibilização dirigidas à CCNN e AARR en Callería, Utiquinia e Abujao sobre a situação e os direitos dos PIAVs.
- Oficinas de sensibilização dirigidas à universidades.

Juan Pablo comenta sobre a adequação da reserva territorial: “Todas as concessões foram dadas antes que a legislação fosse criada. No Peru, apenas a Reserva Nahua-Iscapari foi feita por

decreto federal. As outras reservas foram feitas por decisões dos governos regionais. Segundo o processo de adequação, todas as reservas deveriam passar por isso. Este processo seria feito por uma investigação de uma comissão multissetorial coordenada pelo INDEPA e com a participação da Defensoria del Pueblo, Gorel, MINAG, MINSAG. A comissão elege um grupo para fazer a pesquisa de campo. A partir dos dados levantados, há o reconhecimento dos povos, e depois a categorização da área. O processo com o INDEPA está estancado no Peru. Não há verba, e, assim, a instituição tem um poder mínimo. O governo atual não tem o mínimo interesse nas populações indígenas. O INDEPA que deveria ser protagonista no processo de criação das reservas não atua muito, sendo omissa e sem muita participação. O tema é articular de alguma maneira entre as comunidades perto da reserva territorial uma forma de legalizar-la”.

Juan Pablo destaca alguns pontos sobre o processo de saneamento físico e legal da ZRRSDD (Zona Reservada Sierra del Divisor?) e RTI (Reserva Territorial Isconahua?), e sobre os atores que atuam dentro e fora dos territórios:

- El Cono, na Serra do Divisor, deveria estar dentro da reserva, pois é um lugar sagrado para a população Isconahua, é importante para os indígenas que esteja intocado.
- Reserva territorial Isconahua está cercada de lotes petrolíferos. A avaliação de impacto ambiental pela empresa Petro-Vietnam está na etapa sísmica.
- Há também as concessões florestais estabelecidas desde 2002 por projetos nos quais a empresa madeireira oferta um preço determinado para pagar por hectare ao fisco. O pagamento é de um dólar por cada hectare de concessão. Isto quer dizer que as empresas devem fornecer um relatório anual, se não, não podem atuar.
- Acontece o ‘branqueamento’ da madeira, pois tiram a madeira da reserva como se estivesse por concessão, mas na verdade é de uma área da reserva que a empresa não tem concessão. Tiram a madeira de todas as populações por onde vão passando.
- Não existe fiscalização e o nível de corrupção é alto na região.

Explica que há também concessões mineradoras dentro da reserva, mineração informal, feita por população de migrantes: “Temporariamente, os mineiros vão para região, utilizam dragas e degradam toda a região. A população fica totalmente acuada, as águas ficam poluídas, e os peixes já não estão mais nos rios. Além disso, existe prostituição, corrupção e criminalidade. Há muitos brasileiros trabalhando na região de Abujao. Há uma população Masarai e filhos de brasileiros que chegaram no início do século XX. Estudos sobre a qualidade da água na região de Abujao mostraram que as águas estão contaminadas por mercúrio”.

“Na região de Utiquinia(?), há povos indígenas migrantes que foram buscar terras. Há oitenta índios da etnia Maruna que são do Alto Amazonas. A possibilidade dos povos indígenas terem propriedade coletiva é pouca, porque para isso há que fazer desapropriação de áreas de cultivo, etc. Em Ucayali, na época do boom do cultivo de coca, houve vários enfrentamentos com o Sendero Luminoso. A partir daí, começaram a queimar os cultivos e as famílias saíram da região. Depois de um tempo, as famílias voltaram, mas para conseguir terras para sua proteção individual, e não pela luta para a propriedade coletiva”.

“Entre novembro e março, os madeireiros entram na área da bacia do Ucayali com os rios cheios para retirar a madeira. “Eles engarrafam toda a bacia e não permitem que ninguém transite. Isto gera muitos conflitos”.

“Na zona mais isolada da Serra do Divisor, há comunidades também, mas como é muito longe, a vigilância é muito complicada. “É necessário muita verba para evitar que os madeireiros entrem ilegalmente”.

“Na região do baixo Ucayali, há a cidade de Contamana, onde há uma zona de conservação. Em geral, o que se quer fazer é a fiscalização com as comunidades locais. Parece que está mais próximo de chegar a uma solução”.

“Há postos de vigilância na região onde estão os indígenas isolados Mashco-Piro. No Peru, há uma grande necessidade de fiscalização”.

Juan comenta sobre o processo de adequação das Reservas Territoriais no Peru: “No final de 2002, alegaram que não existiam provas suficientes de que havia comunidades indígenas na área da Reserva Territorial Napo-Tigre. No Peru, durante um processo de adequação de território, o Estado pode simplesmente decidir que não há população isolada e, assim, voltar atrás no processo. Na reserva territorial de Madre de Dios, a população conseguiu voltar e restabelecer seus ciclos históricos nos locais. O que se busca atualmente com as reservas existentes é evitar o perigo de retrocesso na categorização das áreas e no seu processo de adequação, ou seja, evitar que uma reserva não seja mais reserva. As propostas de reserva territorial teriam que entrar neste processo, mas dependem muito da posição política atual. Lamentavelmente, o estado peruano é omissivo com as ONGs e organizações que cuidam dos interesses indígenas”.

Juan comenta que no Peru não existem processos estáveis de zoneamento ambiental e econômico: “A situação está muito difícil”.

Juan encerra sua apresentação agradecendo o espaço que foi aberto para compartilhar informação e metodologia: “É importante estabelecer ações binacionais, especialmente em relação à Serra do Divisor, onde há uma conectividade ecológica de populações que transitam nesta fronteira”.

O antropólogo da IBC abre o espaço para perguntas:

Elsa Mendoza (IPAM): “Quais são as iniciativas binacionais em curso? Quais as iniciativas que podem melhorar os sistemas e quais são as partes mais importantes para fortalecer a ação? A economia se desenvolveu muito nos últimos 30 anos. Em grande medida, teve que desbravar a Amazônia para ser um país industrializado. O processo de globalização e regulação dos mercados está permitindo isso. Cada um deve se comprometer a colocar sua parte desde seu ponto de vista. Você acredita que devemos pensar localmente? As economias em crescimento deveriam ter alternativas de uma nova economia, e repensar suas formas de se desenvolver?”

Juan Pablo (IBC): “Na Zona Reservada da Serra do Divisor, **na Matsés**, por exemplo, existe uma conectividade entre o povo Matsés, o povo **indígena Hukini** e as populações do Javari. **Fenamac** está trabalhando para olhar para as instituições públicas, impulsionando-as a fiscalizar a região e estabelecer postos. É importante aproveitar os sobrevôos e as pesquisas feitas no Brasil, no Alto Juruá, para saber o que está acontecendo no lado peruano. Isto seria importante para fazer um monitoramento consensual dos povos isolados. Não há muita informação sobre o que acontece na Serra do Divisor. Parece que as populações isoladas já se deslocaram do lado peruano da Serra para o Brasil. Isto seria importante para que as populações possam retornar ao seu território ancestral. A idéia é respeitar o isolamento e evitar o contato. Nas zonas **Murinahua e Mashco-Piro**, as comunidades convivem com os isolados, mas cada comunidade marca seu espaço. De alguma maneira, buscam a sobrevivência entre eles. Existe conflito quando entram os madeireiros. Há situações que devemos prever antes que aconteçam. A dificuldade está mais com as comunidades ribeirinhas do que com as indígenas. Os indígenas entendem mais fácil que há uma questão ancestral”.

The Woods Hole Research Center (Brasil)

Foster Brown – consultor

Foster inicia sua apresentação dizendo que é necessário entender o contexto para entender as mudanças climáticas: “Atualização e nivelamento de informações para compreender as implicações das mudanças climáticas. Os acreanos deveriam pensar um pouco em espanhol porque estão próximos ao Peru, que tem 26 milhões de pessoas, e a Bolívia, que tem cerca de 6 milhões. A maioria das pessoas nas proximidades fala espanhol, quéchua ou aymara”.

Foster levanta a questão: “O que passa livremente na fronteira? Vento, nuvens, água, calor, frio – isto tudo está ligado ao clima. Em Assis Brasil, muitas vezes se percebe as nuvens e o vento indo para Iñapari. Um seringueiro de porongaba disse uma vez que quando era pequeno, existia frutas, água no rio, e hoje não há mais nada disso. O que ocorrerá com Sr. José, seringueiro, e seus netos no futuro? Se a situação continuar a mesma que nos dias de hoje, a população dobraria, perturbações severas dos ciclos naturais como de nitrogênio, de fósforo ocorreriam, e os oceanos aumentariam seu nível”.

Foster pergunta: “Como será a situação das aldeias e das comunidades daqui a 20 ou 30 anos? Devemos pensar agora para desenvolver as soluções futuras. A população crescerá. A pergunta é: A geração de hoje está planejando o futuro das crianças? Em Madre de Dios, Acre e Pando, há a Iniciativa MAP para discutir estas questões. A razão para isso foi a construção da Interoceânica Sul. Os rios atravessam fronteiras formando a bacia do Ucayali. O Alto Juruá começa em Ucayali, o Purus e o Envira, também. O Rio Acre começa em Madre de Dios. A gestão destas águas precisa ser conjunta”.

Foster comenta sobre as grandes movimentações de dinheiro para a construção de estradas, hidrelétricas, e etc.: “Se forem concluídas as represas hidrelétricas, haverá um grande trânsito de mercadorias agrícolas. Na Bacia do Rio Madeira, haverá linhas de transmissão saindo de Iñapari, ligando Rondônia, e depois Mato Grosso, até chegar à São Paulo e ao Rio de Janeiro. Em uma reunião em Iñapari se percebeu que as populações indígenas estão muito preocupadas com a criação das usinas.

Foster indica que as mudanças climáticas afetam a produção da energia: “Variabilidade climática é natural. Mudança climática não é”. Depois, pergunta para todos: “Aonde suas casas ficam? Todas ficam no planeta Terra, por isso temos que cuidar desta casa também”.

Foster pontua algumas questões para discussão:

- A seca da Amazônia no ano de 2005 (artigo científico disponível no portal do Scielo)
- Para onde vai toda a água das chuvas? Vai para o Rio Amazonas, que tem como afluentes os rios Negro e Solimões.
- Nos últimos cem anos, há registros sobre a altura dos rios. Foi feita a triagem com as pessoas que trabalhavam com borracha. Esta mudança de nivelamento é uma variável natural.
- Em 1926, houve uma grande seca na Amazônia, sem chuva durante um ano. Se aconteceu no passado, vai acontecer no futuro, a questão é: quando?
- A altura mínima no Rio Acre vem baixando nos últimos anos.
- O Artigo “Drought Sensitivity of the Amazon Forest” fala que durante 20 anos, ou mais, estava-se acumulando carbono, mas que em 2005 se perdeu esta acumulação de carbono. A floresta perdeu muitas árvores desta maneira.
- Quais são as comunidades que estão prontas para a falta de chuva durante um ano? Muitas vezes precisamos saber a história do clima para nos preparar para o futuro.

- Os geoglifos são indicativos que haviam populações antigas no Acre. Será que acabaram por causa do clima?
- Existe possibilidade de mudança de clima regional. Isto porque há um 'rio no ar' (nas nuvens) que vem do oceano atlântico para a região do Acre – zona de convergência intertropical.
- Mudança global do clima – A Floresta Amazônica é parte do motor de calor para a Terra, que redistribui calor para o resto do planeta.
- Mudança global envolve a mudança da espessura da camada atmosférica.
- Nos últimos 200 anos, começou haver grande variação climática devido às queimadas em florestas tropicais e à emissão por outras fontes na atmosfera (carros, indústrias, etc.).
- O Brasil ficará mais quente com o aumento de temperatura, com menos chuva e mais sol. Isto leva à mudanças na disponibilidade de água e de energia. Exemplo: inundações em Iñapari, Rio Tahuamanu e Rio Acre.
- Se os rios sobem, acabam com as obras de infra-estrutura. Então, deve se pensar no impacto das próprias obras para sua sustentabilidade.
- Como as mudanças climáticas vão afetar as comunidades e os povos da floresta? Como as mudanças climáticas vão afetar os mega-investimentos, que afetaram antes os povos? Como podemos nos preparar? Como fazer as mitigações? Quais alternativas podemos estudar e propor? Qual é o plano para ter a comunidade funcionando bem? Como as mudanças climáticas vão afetar a estrutura e a viabilidade econômica das obras de infra-estrutura? Os recursos financeiros e os naturais são limitados. É mais barato prevenir que remediar.

Foster encerra sua apresentação e abre o espaço para perguntas:

Elsa Mendoza: “Os povos da floresta dizem que sempre cuidaram do meio ambiente. Mas alguns povos indígenas dizem que são contra a afirmação de que a mudança do clima é global, que todos estão contribuindo. Eles acreditam que não foram responsáveis por isso. Então, como colocar para eles, que também são parte desse processo, como serão afetados?”

Foster: “A idéia é explicar todos os processos envolvendo mudanças climáticas. É necessário explicar porque o processo é global. Os afetados não são apenas aqueles que estão nas áreas tropicais, mas também todos os países. Deve haver uma mudança em relação ao uso da energia. Dizem que um cientista tem a obrigação de passar as informações, mas as comunidades devem se esforçar também para documentar as mudanças. As comunidades podem se reunir e colocar informações das afetações que estão ocorrendo em suas áreas. Dessa forma, iam se tornar responsáveis pelo processo também”.

Marcelo agradece a participação dos palestrantes: “Foi um dia produtivo com muita informação. É importante que fique o sentimento que está todo mundo na mesma casa e com os mesmos trabalhos. Estamos todos no mesmo barco para entender a situação e colocar o conhecimento e as realidades existentes no fenômeno observado. Isto é fundamental para o entendimento de que as decisões devem ser conjuntas” .

Comissão Pró-Índio do Acre - (Brasil)

Malu Ochoa – responsável pelas articulações de políticas transfronteiriças.

Malu inicia sua apresentação falando sobre o programa de políticas públicas e articulação regional, que tem como objetivos:

- Fortalecimento das políticas públicas de proteção dos povos isolados junto a Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Envira/ FUNAI.
- Fortalecimento dos povos indígenas e sua capacitação para atuação no espaço público.
- Busca de espaços para influenciar políticas públicas junto com parceiros de outros países como, por exemplo, a articulação com o Instituto del Bien Común, no Peru.
- Fortalecimento das populações para gestão territorial e ambiental. Já existem comunidades em fase de implementação de seus planos de gestão.

Malu acrescenta algumas experiências que já estão em andamento:

- A AMAAIAC tem uma pauta e uma agenda permanente para a gestão territorial de TIs no Acre.
- A Escola Yorenka Ætame está em posição estratégica na fronteira para formar conhecimento a respeito da área.
- No Acre, a maioria das TIs estão demarcadas e regularizadas.
- Produção e Publicação de etnomapas das áreas de fronteira, que orienta o manejo de recursos naturais.
- Criação e funcionamento de grupos interinstitucionais, como, por exemplo, a articulação CPI e SOS Amazônia.

Malu explica como o início das conversações sobre o GTT.

- As discussões começaram dentro da CPI-Acre, a partir da mobilização do povo Ashaninka, na terra Kampa do Rio Amônia e no Parque Nacional da Serra do Divisor, pela presença dos madeireiros peruanos.
- Em 2004-2006, formação de consórcio de organizações, IBC, ProNaturaleza, Universidade Nacional de Ucayali, SPDA, DAR, ORAU e ORAI.

Malu fala sobre o sub-projeto do GTT, com a realização do etnomapeamento em oito TIs de faixa de fronteira, pela CPI-Acre.

“O objetivo do mapeamento foi dar apoio aos agentes agrofloretais para que eles pudessem atuar na faixa de fronteira. As associações locais trabalharam junto com a CPI e a AMAAIAC para proteger suas terras em área de fronteira. Depois de 2006, foi feito um projeto de continuidade, mas não foi aprovado. Em 2007, o projeto começou a ser modificado e negociado com a Rainforest Foundation, da Noruega, para a formação de professores indígenas. O projeto passou a ser o fortalecimento, voltando-se para as populações indígenas comprometidas com a conservação da área de fronteira Acre/Ucayali. O projeto foi, então, aprovado para 2008 e 2009. Foram realizadas reuniões e a parceria entre a CPI e a SOS Amazônia foi firmada. Além disso, firmou-se parceria com as comunidades e organizações indígenas. O contato com a SOS Amazônia começou quando se percebeu que as ações com as comunidades indígenas deveriam ser articuladas também com as comunidades ribeirinhas de Parques Nacionais e Reservas Extrativistas”.

Malu fala da necessidade dos encontros periódicos do GTT: “Os encontros foram necessários para apresentar a situação das políticas públicas na fronteira e a situação dos índios isolados, e

também para colher os depoimentos das lideranças para a construção de um pensamento indígena comum para a região”.

“Em 2006 iniciou-se , uma aproximação com o sertanista José Meirelles com a participação de nós encontros, até então sabia-se pouco sobre a atuação da FPERE (Frente de Proteção Etnoambiental do rio Envira) para Povos Isolados”.

“Em 2008, foi realizado um seminário sobre os povos isolados, com a presença da ACONAMA e do IBC. O IBC está levando a exposição de fotografias dos índios isolados para o Peru, onde a instituição tem um projeto em Lima a fim de divulgar ações na Amazônia peruana”. A exposição de fotografias ficou na Biblioteca da Floresta por mais de um ano. “O objetivo era dar visibilidade ao que acontece com as populações de isolados próximas às fronteiras, e, principalmente, as ameaças que os cercam pela presença da atividade madeireira e petrolífera”.

Malu também explica sobre a realização da Oficina de Sensibilização e Informação para Proteção dos Povos Isolados, na TI do Humaitá, que teve como objetivo levantar informações sobre os isolados, já que os Kaxinawá do Humaitá são vizinhos deste povos: “Havia a idéia de contextualizar a dinâmica de fronteira e a questão do deslocamento dos índios isolados do Peru para o território brasileiro. Além disso, a idéia foi sensibilizar a população para o problema e, assim, evitar que a pressão para o contato gerasse violência. O resultado foi a criação de um documento, em parceria com a FUNAI e o governo do estado do Acre, sobre os povos isolados. Os índios Kaxinawá aceitaram não ocupar 1/3 do seu território, deixando este espaço para as comunidades sem contato. Isto proporcionou uma viagem do antropólogo Terri Aquino com o sertanista Meirelles para a área onde está a população. Esta iniciativa pode, mais pra frente, levar a demarcação de um território para os povos isolados próximo ao rio Muru. Foi um resultado positivo e a própria CPI começa a fortalecer ainda mais este trabalho que vem realizando”.

Malu fala sobre a retomada do GTT em 2008: “Houve o levantamento de toda a documentação que foi produzida, desde as primeiras reuniões técnicas, até a criação do Fórum. Isto foi feito para entender todo o processo técnico, para saber a partir de onde se iria retomar e o que já tinha sido feito. A tarefa foi passada do Miguel da SOS Amazônia, e do Renato Gavazzi, da CPI, para Silvia Brilhante e Malu Ochoa, das respectivas instituições”.

Malu expõe algumas ações do GTT e faz seus comentários:

- Divulgação de artigos, releases e documentos relacionados aos encontros. Depois de cada reunião, um documento final sempre é elaborado contendo as informações, sugestões e propostas.
- Produção e divulgação de informação sobre os Povos Isolados para as comunidades, e das ameaças que vêm sofrendo na região de fronteira. Foi organizado o Informativo ‘Dinâmica Transfronteiriça’, contendo informações atualizadas sobre as políticas na área.
- Levantamento e organização das notícias veiculadas na mídia brasileira e peruana sobre a situação fronteiriça. A obrigação da CPI é levar estas informações para os encontros do GTT.
- A CPI está fechando a atualização de um documento sobre as dinâmicas da fronteira. E a elaboração do mapa transfronteiriço Acre Ucayali a partir das informações conseguidas junto com o IBC do Peru. As informações geográficas sobre os isolados estão sendo organizadas juntamente com a documentação sobre as fronteiras feitas pelo etnomapeamento.
- A oficina sobre informação e sensibilização sobre os índios isolados na Terra Indígena kaxinawá do Humaitá foi elaborado um documento final com recomendações e compromissos da comunidade e coletadas informações que foram colocadas em bases cartográficas e protocolados junto à FUNAI.

- Como continuidade, do trabalho na região do Juruá está se pensando no projeto da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Atualização dos planos de gestão territorial e suas ações prioritárias, que deve ser feito em parceria com as reservas extrativistas e suas lideranças.
- Documentação de material relativo às dinâmicas de infra-estrutura na fronteira. Somado a isso, usar os documentos das lideranças no Fórum.
- Delinear uma agenda interinstitucional Brasil-Peru para o ano de 2010, para que sejam niveladas informações e discutidas as políticas de proteção de fronteira.
- Existe a idéia de realizar outras oficinas sobre os Povos Isolados em Terras Indígenas que têm seus territórios contíguos aos dos índios isolados. O projeto será feito com **recursos gerados através de uma emenda conseguida pela senadora Marina Silva, e também (o dinheiro teve que ser devolvido, né?/colocamos mesmo assim?)** com o recurso da Rainforest Foundation. A RFN deu carta branca para a CPI incluir ações para serem realizadas em conjunto com as organizações do Acre.

SOS Amazônia (Brasil)

Silvia Brilhante -

Silvia inicia sua apresentação falando da missão da SOS Amazônia: “Promover a consciência para a proteção dos recursos naturais renováveis e a conservação da biodiversidade, para garantir vida saudável para as futuras gerações. Contudo, a missão da instituição está se transformando, a idéia agora é incluir mais as pessoas, os recursos humanos presentes na floresta. A SOS Amazônia atua há 21 anos, e estabeleceu ao longo do tempo parcerias com mais de 60 organizações governamentais e não-governamentais. A ação mais integrada com as fronteiras da Bolívia e do Peru torna possível um setor para trabalhar com as questões internacionais. A SOS começou com um grupo de professores, mas com sua expansão o estatuto está em revisão. A organização sempre trabalhou para empreender atividades que fortaleçam a gestão pública ambiental, assim como a prestação de assistência técnica para instituições públicas e privadas. Nosso objetivo é estimular as instituições a cuidarem melhor do meio ambiente e das áreas protegidas, formulando políticas públicas sustentáveis para a região amazônica e sua população”.

Silvia explica as áreas de atuação da SOS Amazônia (Educação ambiental, Áreas protegidas e Políticas Públicas) e como realizam o trabalho:

- Formação de atores que colaboraram na formação da opinião pública.
- Monitoramento ações de políticas públicas na Amazônia e a implementação do controle ambiental.
- Contribuição para a gestão territorial no estado do Acre a partir da formação da população comunitária para monitoramento local.
- Atuação em fóruns políticos de âmbito local, regional, nacional e internacional.

Silvia também expõe algumas ações realizadas pela SOS Amazônia:

- Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Divisor.
- Plano de Manejo da Estação Ecológica do Rio Acre, do Parque Estadual Chandless, e a criação do Conselho Consultivo do Rio Acre, e do Conselho Consultivo do Chandless.
- Diagnósticos socioeconômicos das Comunidades Mujú, Praia da Amizade, Grajaú e Triunfo, para elaboração de um plano de desenvolvimento comunitário.

- Cursos dentro do Parque Nacional da Serra do Divisor, falando sobre a importância da Unidade de Conservação para a preservação ambiental regional. Entre o público, estavam técnicos dos municípios da região. Com um recurso do BID, conseguimos levar pessoas do Juruá também.

- Capacitação de lideranças para a gestão de organizações;

- Projetos para o programa Pró-Florestania já aprovados. Entretanto, os projetos são muito difíceis para as comunidades acessarem. A execução acaba sendo muito baixa porque as pessoas da própria comunidade não conseguem elaborar. Neste ponto, que a SOS tenta ajudar.

- Convite aos secretários de Planejamento e Meio Ambiente do Acre para participar das reuniões do GTT. A SOS Amazônia acredita que pelo fórum estar integrado por duas secretarias, ele acaba se enfraquecendo. Seria melhor que fosse apenas um representante do governo e que a ação estivesse institucionalizada em uma secretaria. As ausências dos membros das duas secretarias e membros do governo responsáveis pelo Fórum Amazônia Sustentável, impossibilitou uma análise mais completa sobre a situação da região.

- Foi apresentado ao Conselho de Segurança Nacional o Plano de Manejo, mas o exército e outra instância militar, além da polícia federal, teriam também que estar presentes no Conselho Consultivo.

- Plano de Manejo para as Unidades de Conservação – zoneamento, que estabelece zona de amortecimento.

- Capacitação para as relações regionais e internacionais.

- Estruturação da cadeia produtiva do Murmuru. Há várias iniciativas do governo desconectadas entre as secretarias e entre as organizações que trabalham com isso. Assim, envolvemos todos os atores que estão trabalhando nesta cadeia produtiva e não conversavam.

- Apoio à implantação da coleta do látex para a produção de Folha de Defumação Líquida (FDL), visando manter outras atividades dentro da Reserva Extrativista depois da borracha. Tivemos problemas com o chefe da unidade do ICMBio, que acha que a SOS não deveria incentivar uma atividade produtiva. Na verdade, a atividade é extrativa e não provoca danos à natureza.

- Projeto de monitoramento de quelônios, a partir do projeto financiado pela fundação Moore.

- Intercâmbio entre manejadores de quelônios (Resex do Alto Juruá, PNSD, TI Mamoadate e TI Kaxinawá)

- Projeto financiado pela USAID para a capacitação de técnicos e funcionários para elaboração do Plano de Manejo para recursos hídricos na sub-bacia da Liberdade e Alto Juruá.

- Recursos para a construção das sedes das associações com as quais trabalhamos. Materialização do esforço da comunidade e do processo de fortalecimento institucional das organizações. Conseguimos um pequeno recurso, mas a contrapartida da construção foi da comunidade.

- Política de Valorização do Ativo Florestal. Começou com os planos de desenvolvimento das comunidades. A meta é que atingir 100 planos. O governo do estado do Acre, pela falta de recursos humanos, convidou a SOS para fazer as oficinas no Juruá. Contudo, a verba não foi suficiente, mas mesmo assim a organização abraçou o projeto, pois acreditam que o projeto da OTCA cobrirá. Isto foi aceito devido à importância de levar este projeto a comunidades altamente isoladas no Alto Juruá.

Silvia fala do papel da SOS Amazônia dentro do GTT:

- Realização e apoio dos encontros do GTT e dos encontros sobre índios isolados.
- Elaboração de projetos em conjunto, sendo que alguns não foram aprovados (o da construção das sedes, sim). A elaboração dos projetos são baseados no que é dito nos encontros do GTT. Dessa forma, é que se consegue recurso para implementação das atividades que as populações julgam ser mais importantes para suas áreas. Por isso, é importante todos os representantes se manifestarem.
- Monitoramento do desmatamento da Amazônia feito em parceria com o Imazon, que trabalha com sensoriamento remoto. O dado não está atualizado porque é necessário que o técnico esteja capacitado para gerar-lo. De 1999 para cá, só aumentou o desmatamento. O ritmo pode ter sido menor ao longo do tempo, mas a certeza é que hoje está mais desmatado que há dez anos atrás. Grande crescimento de desmatamento perto das áreas de estradas. O município Rodrigues Alves, que tem 13 projetos de assentamento, é o que apresentou maior crescimento do desmatamento.

Silvia fala sobre alguns pontos do projeto financiado pela OTCA para as áreas de fronteira:

- Plano operativo para colocar o projeto em execução. Pensava-se que o fórum binacional seria bom, mas quando passou a ser uma instância oficial, as ONGs não podem mais convidar as comunidades a participar, apenas o governo.
- Há o projeto do lado brasileiro mais um do lado peruano, liderado pela ProNaturaleza.
- Foi criado um comitê de acompanhamento do projeto, que tem o governo do estado e as instituições não-governamentais como executores.
- As atividades previstas para o projeto visavam fortalecer as atividades do Fórum. Entretanto, neste momento, as ONGs colocaram as reivindicações e os documentos produzidos pelas comunidades para a discussão a fim de que estes sejam incorporados.

Silvia explica sobre os projetos de desenvolvimento comunitário: “Existe uma metodologia, que não difere muito das que já existem. Mas, o governo do estado chamou 5 ONGs para serem parceiras na implementação. SOS Amazônia, PSACRE, que desenvolveu a metodologia, FUNAAM, e outras. Contudo, ainda não há recurso. As várias metodologias existentes foram compiladas e, dentro do recurso e tempo disponível, foram adaptadas”.

Ronaldo (Sindicato dos trabalhadores rurais de Rodrigues Alves): “Muitas pessoas não sabem que existe a cadeia produtiva do murmuru na bacia do Juruá. Há um trabalho voltado para mais de 30 comunidades para a produção do murmuru”.

Silvia explica como funciona a gestão da verba do projeto para as comunidades: “Nestes projetos, pela parceria com BID, há um recurso vinculado ao programa Pró-Florestania. A elaboração deste projeto é tão complicada, que nenhuma comunidade conseguiu fazer sem a ajuda de um assessor técnico. O projeto é completamente burocrático. Finalmente, após a aprovação, há o projeto de licitação. Este só pode ser feito por licitação. Infelizmente, esta burocracia não é ajustada à realidade das comunidades amazônicas. Há também o Pró-Acre, que é um outro financiamento para as comunidades, configurando-se da mesma forma. Mesmo o projeto com assessoria da SOS Amazônia, que foi às comunidades e fez os ajustes necessários, ainda teve dificuldades em sua execução.

Edwin Chota (checar instituição): “Como está o apoio para as zonas de amortecimento do Parque Nacional Serra do Divisor, no Brasil? O projeto da Serra do Divisor, do lado peruano, não inclui a área Tamaya?”

Silvia (SOS Amazônia): Ainda está sendo definido. Um dos objetivos do encontro do GTT é discutir a zona de amortecimento do Parque Nacional Serra do Divisor. Quando o plano de manejo

foi aprovado, a zona de amortecimento definida por resolução do Conama ficou em 10 km. Como será utilizada é um ponto de discussão para o conselho consultivo do Parque Nacional. Na área de fronteira, a zona de amortecimento se chama área especial ou área de segurança nacional, sobre a qual não se legisla. O que pode haver é a sugestão para a articulação entre instituições dos dois lados da fronteira. No Peru, a Zona Reservada foi conseguida por uma articulação da sociedade civil, por exemplo. Nas comunidades indígenas, este problema sempre foi colocado, pois há terras que estão próximas de assentamentos, nas quais o desmatamento acaba sendo muito grande. No caso de Marechal de Taumaturgo, há uma discussão para que haja a criação de um plano de manejo para as outras áreas, além das da Reserva. No caso da Yorenka Ætame, é justamente trabalhar por esta política no município de Marechal. As unidades que estão nas áreas de segurança nacional são muito difíceis de criar gestão participativa com a comunidade. Foi feita uma discussão na Estação Ecológica da Cabeceira do Rio Acre. Por questões diplomáticas, as comunidades não podem participar. No entanto, ficou combinado que as comunidades poderiam ser convidadas como observadoras”.

O **antropólogo Terri Aquino** pede a palavra em nome da Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Envira, e de sua atuação na TI Kaxinawá do Humaitá, no Alto Tauaracá, e destaca a ajuda dada por Josias Inawa, representante da comunidade: “Saiu uma reportagem sobre os isolados da área. Inawa chamou a atenção sobre a existência de uma comunidade isolada perto de sua terra. Ele diz que é uma preocupação de longa data, mas que recentemente está sendo pior. A aldeia está sendo circulada desde agosto. Há o medo de haver conflito. Os kaxinawás não sabem exatamente o quê as comunidades isoladas estão querendo com isso”.

Terri diz que funcionários da Frente Etnoambiental da FUNAI, de organizações, e do governo, estiveram na terra em maio: “Foi feito um encaminhamento de um trabalho para que haja um projeto com os isolados. É necessário fortalecer a comunidade Kaxinawá do Humaitá para que possa haver uma pesquisa feita com os vizinhos do Muru-Iguaçu. No Acre, há uma política bem definida de índios isolados há vinte anos”.

O antropólogo da FUNAI faz uma reflexão sobre os nomes dados aos povos que resistiram aos contatos desde a época do seringa: “Alguns resistiram por algum tempo e, depois, resolveram contatar. Outros, porque tinham inimigos internos, e queriam os armamentos dos estrangeiros para derrotar estes inimigos. Quando começaram a identificar as terras indígenas do Acre, no final da década de 70, os isolados do Humaitá nem foram considerados na demarcação. Os índios Kampa do Envira, depois de reconhecidos, também começaram a ser chamados de isolados porque os índios conseguiram resistir ao avanço do caucho, da borracha, do gado. Os povos resistiram à engrenagem de invasão da floresta por vários tipos de atividades econômicas e, por isso, são chamados de isolados? Estas populações resistiram, mas agora coisas novas estão acontecendo na fronteira Brasil-Peru. A loucura peruana está só crescendo. A população saiu do centro da floresta, no lado brasileiro. Não há muita invasão de madeireiros ainda. Mas, houve grande retirada de madeira no final da década de 90, na zona Apiwtxa. O que acontece do lado peruano está mexendo completamente com as comunidades nativas. A floresta peruana está toda internacionalizada por empresas”.

Terri explica sobre a Frente Etnoambiental da FUNAI: “Primeiro, chamava-se Frente de Atração, depois de Contato. O trabalho era respeitar o espaço dos indígenas. As populações querem um pouco as coisas úteis, mas isso não quer dizer que eles querem entrar em contato e viver junto com outras comunidades. Quando rondam às Terras Indígenas é porque querem utensílios para facilitar suas vidas. Só atacam quando não tem homem, porque sabem que não tem a espingarda, que muitas vezes os mataram no passado”.

Terri chama a atenção para o fato de que muitos grupos estão migrando por causa das forças desbravadoras do capitalismo chegando aos confins da floresta: “Talvez, a região da fronteira Brasil-Peru ainda seja a com maior quantidade de indígenas isolados da Terra. Por isso, a

necessidade de políticas integradas”. O antropólogo destaca ainda que nove terras indígenas no Acre estão sobrepostas a terras de isolados: “As atividades da Frente são para garantir território para estas populações. Se as populações que compartilham terras não tiverem esta consciência, as populações de isolados terão ainda mais dificuldade de serem protegidas”.

Terri fala um pouco sobre o trabalho do Meirelles e da Coordenação Geral de Índios Isolados da FUNAI (CGII): “A idéia é discutir quais são as políticas, onde as frentes serão implantadas, como serão feitas as negociações com as populações da floresta. O trabalho está avançando. Por exemplo, saíram 10 colunas “Papo de Índio” no Jornal Página 20 com entrevistas com o sertanista José Carlos Meirelles. Marina Silva se sensibilizou para tentar ajudar e **disponibilizou 450 mil reais por emenda parlamentar para os projetos voltados a esta população (fazemos uma observação atualizando esta informação?)**.”

Terri ressalta ainda que é preciso mudar algumas coisas nesta política: “Olhando para o que Marcelo Piedrafita escreveu sobre a demarcação de fronteiras Brasil-Peru, o comportamento era de não dizimar os isolados. Falta, então, ao governo incentivar que as próprias populações indígenas comecem a lidar com os isolados e, não jogar as coisas de avião. Deve ser buscada uma outra maneira. Os kaxinawás poderiam entregar as coisas junto com seus tecidos, seus artesanatos, para haver um intercâmbio cultural gerenciado pelos próprios indígenas. Mas a FUNAI é muito temerosa porque acredita isso pode significar o contato, gerando a entrada dos isolados no mundo globalizado. Na medida em que os diálogos avançarem entre os indígenas (incentivada e viabilizada pela CPI, por exemplo), os territórios poderão ser definidos. A contrapartida da FUNAI seria fazer a revisão do limite de suas terras, como, por exemplo, fazer com que a terra Kaxinawá seja ampliada. Estes diálogos vão amansar os espíritos das pessoas que trabalham para o estado, para que as políticas sejam modificadas e se tornem menos violentas. Está faltando isso na floresta, que a população isolada não veja os outros como agressores”.

9h30 – TEMA: Depoimentos das lideranças sobre questões transfronteiriças a partir da realidade de seus territórios e comunidades

Juan García – Comunidade Sawawo-Hito 40 (Peru) **Juan García ou João (checar)**

Juan destaca alguns trabalhos realizados pela comunidade: “Desde que a comunidade foi formada, em 21 de novembro de 1994, estamos muito longe de qualquer tipo de comunicação com as instituições peruanas que representam os direitos dos indígenas. A comunidade está abandonada por várias autoridades, vivendo de subsistência. Estamos buscando o melhor trabalho para fazer na comunidade. Há o IBC, há a organização representada por Edwin Chota, que estão lutando pelos direitos indígenas. Entretanto, não há o mesmo tipo de organização que existe no Brasil”.

Luis Carlos García – Comunidade Sawawo-Hito 40 (Peru)

Luis Carlos ressaltou o isolamento da comunidade: “É necessário mudar algumas idéias para que se possa haver melhores expectativas para o futuro”. O indígena peruano também aponta chateação por ter sido dito que no lado peruano os madeireiros sempre compram as instituições: “Deve haver um pouco de respeito, porque na comunidade há autoridade para tirar madeira e eles podem fazer isso. Os Ashaninkas do Sawawo foram a primeira comunidade em Ucayali a ter muito dinheiro vindo da madeira, mas houve má administração. Dessa forma, pensamos que o trabalho com a madeira deve ser de forma mais compartilhada com os povos do Brasil e com as organizações brasileiras. Estamos a 180 km de Pucallpa e temos dificuldades de carregar os produtos para lá, pois é muito longe”. Luis diz que gostaria de saber como pode fazer para negociar e trazer produtos para o Brasil.

Marcelo Piedrafita (CPI) intervém e diz que sempre há uma grande curiosidade para saber o que aconteceu em Sawawo e destaca que o comentário referido ocorreu dentro do respeito com as comunidades. Marcelo, porém, sublinha que não concorda que o desastre em Sawawo tenha sido devido ao território mal administrado: “A preocupação maior é poder aprender com a experiência peruana, porque pode se repetir no Brasil: “Pois há uma preocupação grande com as populações que subsistem da floresta”.

Malu Ochoa (CPI): “A CPI esteve conversando muito com a Apiwtxa e a Yorenka Ætame sobre como incluir os ashaninkas (do Sawawo, né) nos projetos, e como ser criada uma oportunidade de contribuição com esta comunidade”.

Elsa Mendoza (IPAM): “Da mesma forma que não se conhece o que ocorre aqui com os ashaninkas, não se sabe como eles utilizam seu território e se eles têm apoio efetivo do governo e de alguma ONG para começar a comercializar a madeira de seu território”.

Juan García ou João (checar) (Comunidade Sawawo-Hito 40) explica que houve extração de madeira, porque estão muito longe de outros lugares e esta foi a alternativa encontrada: “Nunca tivemos apoio algum de instituições peruanas (governo e não-governo). Vivemos lá com nossos próprios recursos. Mas, neste ano, já estamos tratando de eliminar isso para trabalhar de uma outra maneira”. Juan destaca que várias pessoas querem viver às custas das comunidades indígenas: “As organizações chegam e depois vão embora e não deixam contribuição para a comunidade. Agora, estamos buscando mais alternativas para trabalhar e comunicação com outras organizações para que a população possa produzir. Faltou uma boa administração dos mais de 4 milhões de dólares que foram gerados na comunidade. Apanhamos para poder aprender: Agora, queremos ter mais contato com as pessoas que têm mais experiência”. Não me sinto pobre porque tenho toda a natureza. Queria uma forma de realizar projetos com outras instituições”.

Terri (FUNAI): “É importante desarmar os espíritos para fazer uma reflexão séria a respeito da opção feita pela exploração da madeira. Há uma estrada de 170 km que sai de Sawawo e vai até a boca de Ucayali. Não se trata de isolamento e distância geográfica, neste momento. A parceria trouxe muito dinheiro, mas é importante entender como essa parceria foi montada, porque tomaram essa decisão, que fez tanto mal para a população. A atividade madeireira foi muito mais que um opção devido a distância da comunidade. Foi uma escolha porque trouxe muito dinheiro, mas hoje sabemos que a atividade tirou uma grande riqueza da terra. A história da madeira se repete por todas as comunidades. O importante é tirar lições destas experiências. A natureza da atividade é predadora e vai deixando rastros por onde passa. Havia planos de manejo, uma empresa forte que dava apoio. Entretanto, o que isto trouxe a comunidade? Tirar exemplos com o objetivo de evitar a repetição da situação”.

Juan García ou João (checar) (Comunidade Sawawo-Hito 40): “Hoje, em Sawawo, é possível perceber as conseqüências que algumas escolhas trouxeram para a comunidade. Mesmo com o projeto de reflorestamento, já não é mais a mesma coisa. A exploração petroleira está chegando no Sheshea (Comunidad Fuerte Esperanza - Ashaninka). No caso do petróleo, pode trazer mais conseqüências para as comunidades indígenas de fronteira. Se os canos explodirem, por exemplo, e contaminarem todos os rios que correm para Brasil e Peru, será muito ruim. Sofremos com a extração da madeira, e agora vem o pior, a exploração do petróleo. Alan García está vendendo tudo para o Brasil? Está virando tudo brasileiro, então, assumam que o Peru é brasileiro”.

Francisco Piänko (Assessor Especial dos Povos Indígenas do Governo do Acre): “Ouvindo as comunidades do Sawawo, fico feliz por esse despertar, pois a comunidade do Amônia e de lá estão muito ligadas. Gostaria que a comunidade não se sentisse pressionada a falar coisas que são suas. Entretanto, estes acontecimentos dizem respeito ao Brasil também. O que ocorre com a comunidade Sawawo hoje é um passo importante em sua história, porque é possível sobreviver e

tratar tudo de uma maneira diferente. Não estão dizendo que a comunidade está errada, mas há uma pressão para obter informações para que o Brasil esteja preparado para estas mesmas situações. Daqui a pouco vai acontecer uma situação que ninguém terá mais nenhum recurso para reagir. Por onde entrou a exploração madeireira no Brasil? Foi pelo Sawawo. Já se sabe como a Venal trata a comunidade. Empresa é empresa, comunidade é comunidade. Não faz parte do projeto da empresa ajudar a comunidade para sempre. Ela trata de estar lá enquanto explora, mas depois parte para outra comunidade. É muito difícil entrar no nível de especificidade no qual as coisas acontecem. Mas o notado é o abandono do estado peruano, que não está preocupado com o projeto que a comunidade está desenvolvendo. A população tem que se virar para demarcar e gerir suas terras. O interesse maior é explorar a região para gerar entrada de recursos no país”.

Francisco Piänko ressalta a coragem do povo do Sawawo de ir até o GTT para falar da situação, mostrando a disposição de encontrar uma nova forma de posicionamento: “Os projetos das comunidades indígenas, no Brasil e no Peru, serão bem executados quando os vizinhos forem bem conhecidos. É necessário estar firme e junto. Um não precisa ser o Outro. O ideal é ter uma visão do todo para poder negociar. O dinheiro da madeira não traz para a comunidade o que ela perdeu em um determinado tempo. Imagine o garimpo, o petróleo, a coca, que podem gerar contaminação direta da população. Se for desta forma, como a população irá sobreviver? O grande passo com relação ao Sawawo é que grande parte das famílias saíram da comunidade ashaninka. O alto Amônia era o lugar mais rico que se tinha. A única invasão eram os brancos que iam caçar. Era assim porque era o Peru. Agora, com a nova política, daqui a pouco os índios vão ter que pedir licença para andar no próprio rio”.

Francisco Piänko acha que a comunidade do Sawawo tem muito a ensinar: “Estão discutindo com a Apiwtxa como criar planos de vida e sobrevivência. Apiwtxa não vê o Sawawo como um projeto fracassado e acha que eles têm muito a contribuir com tudo o que está acontecendo na região. **Isto é em resgate que está se fazendo de quando a terra foi invadida em 84 pelo Cameli. O STJ condenou a empresa a pagar uma indenização e isso é uma vitória. Não ficaram dependendo da indenização para continuar a vida, continuaram trabalhando. Talvez, naquela época se eles tivessem recebido o dinheiro, a coisa ia ser outra. Mas como o trabalho foi tocado independente disso, houve desenvolvimento da comunidade. No Sawawo, deram uma mascarada no processo com o reflorestamento, mas o que a empresa puder deixar de fazer é melhor para eles**” (Achei meio confusa toda essa parte, não entendi muito o que ele ta falando).

Marcelo Piedrafita (CPI): “É importante conversar com a certificadora de madeira para saber como as coisas estão sendo feitas. O caso da ANP com as empresas, e sua autonomia para lidar com a comunidade. “A experiência de Sawawo, que durante vários anos teve que negociar com a empresa como iria trabalhar dentro da comunidade, é super importante para o que vai acontecer no Brasil. Muitas vezes, o estado chega pela empresa, e não diretamente”.

Elsa Mendoza (IPAM): “É muito importante os depoimentos de **João (João ou Juan)** e Francisco para o entendimento. Dentro da iniciativa MAP, soubemos que está chegando uma turma que acha que todo o sistema trabalhista deve ser modificado para a extração da madeira. Não entendem como as comunidades indígenas sobrevivem sem extrair madeira. Então, estão buscando entrar pelas comunidades mais fracas. O mais importante é trocar informação para poder se contrapor às empresas que conhecem todas as leis e todos os processos”.

Edwin Chota (checar instituição): Fico feliz com a atitude de Sawawo porque pode ser forjada uma ação mais integrada na bacia de Ucayali. Começaram a luta quando iniciaram as concessões em **Putamayo (deve ser outro nome)**, a partir da aliança iniciada com a Apiwtxa, e dos encontros Ucayali-Acre sobre os povos desta fronteira. Isto foi importante para poder criar um plano e pressionar o governo. Contudo, o governo mudou e o plano discutido não vale mais. Então, há uma grande dificuldade até mesmo para pressionar”.

Edwin faz a apresentação do vídeo “Bajo el Cielo Amazônico” sobre a Comunidade Ashaninka (Cametsari Quipatsi) do Rio Tamaya

Antônio de Paula - Associação dos Amigos das Águas do Juruá (Brasil)

Antônio explica que o propósito da organização é defender qualquer fonte de água na bacia do Juruá: “Fomos contemplados por um projeto de 49 mil do Arpa-Funbio. Compramos computador, GPS e outras coisas, montando um escritório pronto para trabalhar. Fomos convidados pela Associação do **Canalapina (checar nome)** para ir até a boca do rio. A polícia federal tem um projeto de carbono neutro lá, e vão contribuir para o reflorestamento de matas auxiliares. A bacia do Juruá não é mais aquilo que foi um dia. Houve um projeto da associação que era para ter tido o apoio da Petrobrás, mas não foi aprovado. Agora vai chegar o ‘Territórios da Cidadania’, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Vale do Juruá. A associação também está fazendo um projeto de parceria com a Agenda 21, de Mâncio Lima, a fim de levar educação ambiental para este município, Porto Walter e Cruzeiro do Sul. A educação é a principal via para a preservação ambiental”.

Antônio falou sobre os problemas com a poluição dos igarapés: “Está deixando a população sem água para beber e tomar banho. O igarapé São Salvador está passando por um processo de ‘favelização’ e não tem mais lugar nem para se banhar: Tem bairros espalhados ao longo do igarapé e a sujeira cai in natura no Juruá. A água é usada para o banho e para o consumo. As doenças chegam junto. Não há uma parceria com a Secretaria do Meio Ambiente do Acre para a realização de um projeto no local”.

Antônio também indica que há preocupação com as águas que vêm de outro país: “As cabeceiras do Rio Acre, Purus e Juruá estão no Peru. Há notícia de depredações nestas áreas e as madeiras jogam o resto do combustível no Amônia”.

Antônio destaca: “Da imensidão de água existente no planeta, só há 3% de água potável. Apenas 1% pode ser usado. Neste 1%, há uma grande parcela nas bacias que passam pelo Brasil. Os lençóis e a água subterrânea também são uma preocupação, pois a maioria da água utilizada vem de poços subterrâneos. Hoje, o Brasil tem aproximadamente 190 milhões de habitantes, com muitas indústrias. A China tem 2 bilhões de habitantes. O consumo só vai aumentando. Se a pessoa gasta água desordenadamente, ou se não cuidar dos mananciais, um problema sério será construído. A água é amiga da floresta porque a umidade faz com que os rios estejam lá, que os igarapés estejam lá.”

Antônio ressalta: “As empresas de extração de petróleo não vão encontrar o Movimento pelas Águas do Juruá mudo. Nações como o Peru vão ter que entrar em conversa com os movimentos brasileiros. Tem que haver um termo de compromisso entre os dois governos. O Lula assinou mais um termo de cooperação com Alan García e tem que prestar atenção aonde isso vai dar. Não somos donos da água do Peru, mas o Juruá é nosso. O Juruá é um grande rio responsável pelo abastecimento de toda sua bacia e pelo transporte da população que lá vive”.

Sebastião Aragão - conselheiro e morador do Parque Nacional da Serra do Divisor (Brasil)

Sebastião destaca a falta de fiscalização dentro do parque e o aumento do tráfico de drogas na região com o envolvimento dos moradores no transporte da droga: “Há caminho aberto no parque para o transporte de drogas. A polícia federal entrou em contato para fazer batida, mas até hoje não foram”.

Sebastião fala da grande derrubada de palmeira de piaçava: “Chegam da fronteira peruana derrubando as palmeiras”. E do desmatamento no lado peruano pelos madeireiros: “Os peruanos desmatam a floresta virgem e deixam a madeira de lei apodrecer. O chefe do parque diz que não tem condições de fiscalizar. Há dois anos não tem uma reunião do conselho consultivo do parque.”

Contudo, sempre que o conselho se juntava, havia uma cobrança conjunta, mas agora não há mais, está complicado. Os representantes estão fracos. Dificilmente há reunião. Se o ICMBio cedesse o combustível, ia na paz resolver a derrubada destas matas”.

Jonas da Silva Mendonça - comunidade dos seringueiros do Grajaú – município de Porto Walter (Brasil)

Jonas explica que o maior problema é a desapropriação de terra: “Todo mundo é posseiro. Na época das eleições, os políticos dizem que quem não votar neles será botado para fora da terra. As pessoas vivem de roça. Com a regularização das terras, as pessoas vão conseguir financiamento para sua roça e vão poder se desenvolver independente de política. O governo federal pode liberar recursos para açudes”. Jonas diz que perderam um projeto de 15 açudes pelo governo federal no município: “Não foi possível fazer devido à falta de regularização de terras. Com a construção dos açudes, o desmatamento diminuirá muito porque as pessoas terão do que sobreviver”.

Francisco Cavaco – Comunidade da Amizade - município de Porto Walter (Brasil)

Francisco Cavaco agradece o trabalho da SOS Amazônia: “Por meio da SOS, a comunidade tomou outro rumo”. E elogia a mobilização dos indígenas em suas terras: “Em uma reunião na comunidade, perguntei quem estava interessado em plantar e reflorestar. A população abraçou a causa da recuperação de 8 quadras de terra. Em muitas áreas da comunidade, a SOS está dando muito incentivo. Temos a produção de murmurú, que está levando toda a população a cultivar, e também um projeto de lixo. Agora, as pessoas já sabem onde jogar o lixo. É feito um mutirão com as crianças para juntar o lixo”.

Francisco Cavaco conta: “Há 17 anos, quando cheguei lá, tinha um muniço que caía o barranco. Atualmente, a árvore está no meio da praia. A subsistência das gerações futuras será muito complicada. As pessoas da comunidade estão sentindo a mudança de clima, a queimada, e, também, a mudança de paisagem. A área hoje é quase um roçado”.

Francisco Cavaco explica que a colônia de pesca do governo federal foi feita dentro do município de Rodrigues Alves para avançar cada vez mais no lago da comunidade: “No início do verão, os pescadores de carteira tiram a carteira e dizem que estão fazendo isso porque têm autorização. Quando chegam no município e não vendem, jogam no mato, enquanto a população da comunidade precisa do alimento”.

Francisco Cavaco conta que há muita invasão de território, desmatamento e pesca ilegal: “Não há apoio do IBAMA, que só aparece para perseguir as pessoas que não têm do que sobreviver. O policiamento no município de Rodrigues Alves não existe. Há muitas famílias que têm medo de ir para a cidade”.

Francisco Cavaco acredita que “se os governantes colocassem a coisa em prática e tivesse fiscalização, e os órgãos desempenhassem seu papel, a coisa daria certo porque a população está pronta para trabalhar”.

Jonafá Matos de Souza - Comunidade Paraná dos Mouras (Brasil)

Jonafá fala sobre o que aconteceu com os moradores da Foz do Paraná dos Mouras: “Em 2001, foram lesados pelo proprietário que os assentou atrás da fazenda dele, que ficava a 4 horas na perna para chegar ao primeiro lote. Disseram ao INCRA para não fazer o projeto da maneira

que foi feita, e o INCRA se retirou e não continuou o projeto. A prefeitura comprou um pedaço de terra para os assentados. Eles plantam banana e arroz para vender em Cruzeiro do Sul. Havia um lago chamado lago novo. O pessoal caiu dentro do lago, desinformado que havia pesca predatória. Quando foi no verão, as pessoas só conseguiam 4 ou 5 peixes para dar aos seus filhos.”

Perguntas aos líderes comunitários:

Silvia: Falem um pouco como é a assistência técnica nas comunidades. Vão combinar com as pessoas do CPI para fazer uma demonstração do Sistema Agroflorestal? Queria saber se algumas destas técnicas já foram apresentadas a eles.

Marcelo Piedrafita (CPI): Como está a situação nas comunidades com relação à regularização, a questão da titulação das terras na margem do Juruá? Há alguma conversa com algum órgão de governo?

Líderes (Deixamos assim mesmo, líderes?): “Sobre a regularização de terras, procuramos a direção do INCRA, e é preciso muita paciência. Só prometem e não regularizam. A prefeitura não ajuda muito também. Sobre a luz elétrica, foi aberto um ramal manual no Grajaú, mas ‘encapoeirou’ e não dá mais”.

Terri (FUNAI): faz um elogio ao seringueiro Antônio de Paula, da Associação dos Amigos das Águas do Juruá: “Ele gerenciou seringais e foi muito importante na conquista da reserva extrativista. Agora, está lutando pelas águas do Juruá. Uma grande coisa é a formulação de políticas públicas de saneamento, que não existem”.

Antônio de Paula (Associação dos Amigos das Águas do Juruá): “O trabalho é para salvar as águas do Amazonas. Do esgoto de Cruzeiro do Sul para baixo é saneamento nas águas do Amazonas. Que a água não seja utilizada para transportar sujeira”.

Marcelo Piedrafita (CPI) chama atenção para o Plano estadual de Recursos Hídricos, dentro desta discussão sobre saneamento.

Silvia (SOS Amazônia) diz que a elaboração e implementação do plano está nas mãos do setor de recursos hídricos: “Houve oficinas para falar dos planos de gestão para a comunidade. A previsão de conclusão do plano é final de 2010, com a primeira fase implantada: diagnóstico, priorização das ações primordiais e, depois, capacitação e criação de conselhos das sub-bacias. Depois, há toda a fase de outorga da água, já que pagamos aos serviços aplicados à água, e não pela quantidade de água usada. Ano passado, houve uma série de atividades para a metodologia de gestão dos planos. A presença das pessoas que estavam no curso foi o que garantiu o diagnóstico para o município. Mas, isto não é suficiente para elaborar o plano para a comunidade. Foi tumultuado e não muito estratégico. No encontro, estavam representantes da Procuradoria Geral do Estado e do Ministério Público Federal para falar da legislação. Foi realizado por um consórcio do IBAP, IPAM, Woods Hole, SOS Amazônia e Universidade da Flórida, e financiado pela USAID”.

Ronaldo Cândido da Silva - assentamento Nova Cintra – diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rodrigues Alves (Brasil)

Ronaldo relata que o vídeo trazido por Edwin Chota o sensibilizou muito em relação ao desmatamento no lado peruano. Diz também que não tem quem cuide do Parque Nacional Serra do Divisor e que o IBAMA é ineficiente em sua fiscalização: “Qual seria a maneira de formar mais

técnicos para trabalhar com o manejo? De formar mais técnicos na Escola da Floresta? Isso seria importante para abrandar a ineficiência do IBAMA, que toma conta do parque e ainda não encontrou uma maneira de impedir o desmatamento”.

Ronaldo acredita que a partir do momento que se tem as licenças de terra, cada pessoa só pode desmatar 20 % de sua terra: “O IMAC dá autorização para desmatar 3 a 5 hectares de mata virgem. Isso é complicado, porque quase todos são posseiros, não podem brocar seu próprio roçado sem desmatar. Por exemplo, o proprietário com 605 hectares no seringal Pucallpa não deixa os 36 moradores desmatarem. Às vezes, as pessoas não vão em frente para ter seus direitos de usucapião reconhecidos porque há relação de compadrio com o dono”.

Ronaldo ressalta a parceria que houve entre o SOS Amazônia e a Estação Ecológica de Nova Cintra: “Os animais não estão mais extintos e estão até se reproduzindo”.

Ronaldo elogia o trabalho dos indígenas que preservam seus recursos naturais e não deixam ninguém invadir: “Não deixam porque dependem da terra e dos recursos e são eles que vivem lá”.

Ronaldo atesta a inabilidade do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) em impedir e prender as pessoas envolvidas com desmatamento: “Os agentes do IMAC dizem que só podem prender em flagrante. Mas como fazer isso se não há vontade política?”. Ronaldo acredita que com a troca de experiências, alguma solução pode ser encontrada.

Roxo (O nome dele é só esse mesmo?) – RESEX do Alto Juruá (Brasil)

Roxo diz que fica preocupado quando se trata de reserva: “Há que se ressaltar que a RESEX foi para um lado diferente das comunidades indígenas. Havia o sonho de que o IBAMA iria fazer o plano de gestão do Alto Juruá. Só que ninguém na reserva sabia mais o que era a reserva, ninguém mais sabia o que era um plano de utilização. Em 1985, houve a formação da Aliança dos Povos da Floresta. Mas agora todos estão indo para um caminho que não é o do desenvolvimento. As reuniões foram realizadas e o Centro Yorenka Átame ofereceu o espaço para as discussões, enquanto o ICMBio não liberou recurso para a discussão do plano de manejo”.

Roxo relata a pergunta de Benki Pianko: “Será que vamos ter que esperar o investimento do governo para fazer as coisas? A partir disso, Benki e Moisés assinaram um compromisso com os seringueiros para reavivar a Aliança dos Povos da Floresta, sonhada por Chico Mendes”.

Roxo destaca o trabalho dos Apolinã-Arara e dos Kontanawa, que sempre lutaram pela definição das terras, e levanta a seguinte questão: “Que futuro terão as seguintes gerações se as pessoas não cuidarem do meio-ambiente? Hoje, pouca gente conhece o que foi a seringa, mas está aqui hoje porque a seringa permitiu”.

Roxo acredita que “o plano de manejo é a voz e a lei do povo. É o que virá substituir o plano de utilização. Se a reserva ficar em conflito com a terra indígena não é desenvolvimento. No Alto Juruá e em algumas TIs, o governo deu barco, deu cacimba e nada hoje funciona mais. Provavelmente, porque não foi o povo que planejou. O sonho de Chico Mendes era que as pessoas pudessem viver na, e da, floresta. Quem está sendo multado são os indígenas e os habitantes da reserva. As pessoas têm que mostrar, então, que sabem cuidar”.

Roxo também aponta: “As terras indígenas que estão saindo de dentro da reserva também é uma coisa interessante (Ex: Kontanawa). Que diferença faz se uma lei está passando por outra? O que importa é que as pessoas não briguem, não entrem em conflito”.

Terri (FUNAI) comenta que acha interessante o jeito de Roxo falar sobre o plano de gestão da reserva: “É o mesmo espírito de gerir os recursos naturais. Ele fala com simpatia sobre a

transformação de algumas partes da RESEX em Terras Indígenas (Apolima-Arara e os Kontanawa). O povo Kontanawa ajudou a criar a reserva também. Roxo é o exemplo dos índios isolados que foram pegos na mata e se misturaram aos cearenses e criaram a extensa família Kontanawa”.

Terri também aponta que há uma política deliberada do município de transformar a Vila da Restauração em uma área cada vez mais urbanizada: “Talvez, com o processo grande de urbanização, e a devastação no coração da reserva, a entrega de parte da terra aos Kontanawa será uma via para o controle ambiental mais intenso. Um dos argumentos para os Kontanawa se assumirem como índios é que está havendo depredação da reserva. Então, a idéia é do ‘vamos cuidar nós’. A TI contribui para a preservação sem ficar briga entre órgãos”.

Terri explica que desde que tiveram acesso a tecnologia, os Poyanawa, por exemplo, não derrubam floresta: “Se não tiver esta tecnologia, volta a mesma tecnologia do fogo. Os povos indígenas podem trazer este lado ambiental mais desenvolvido. A floresta que está debaixo da grande floresta é a força espiritual”.

Terri pede para o Roxo falar um pouco mais sobre o plano de manejo e como as reuniões foram feitas.

Roxo (O nome dele é só esse mesmo?) (RESEX do Alto Juruá): “Há um grupo de pessoas que fazem o monitoramento. As cinco reuniões foram acompanhadas pelo pessoal do ICMBio, que chamou a população de casa em casa, dizendo que era preciso perguntar o que eles queriam. A idéia é substituir o plano de utilização, de novembro de 2004, por um plano de manejo, onde as pessoas decidam o melhor a ser feito. Com este novo planejamento, as pessoas começaram a perceber que não eram mais vítimas das instituições. Nas reuniões, o momento em que as pessoas prestavam mais atenção era quando eles (técnicos do ICMBio) ressaltaram que estavam ali para pensar no futuro dos das próximas gerações”. Roxo explica que depois que o plano, os monitores presentes nas reuniões se separaram e cada um fez a sua parte em suas comunidades: “Cada monitor fez 15 reuniões durante dois meses. Durante 45 dias, foram mais de 200 reuniões. Não se queria deixar mais nenhuma criança e professora dizendo que não sabia o que estava acontecendo no Alto Juruá. Todos perceberam que não estavam só lidando com a vida de uma pessoa, mas com a vida de várias pessoas. Na primeira reunião, havia quase 300 pessoas no Centro Floresta Yorenka Átame, marcando o reavivamento da aliança dos povos da floresta”.

Roxo também falou sobre a Enciclopédia da Floresta: “A parte que ficou para ser distribuída nas escolas do Alto Juruá foi perdida em Cruzeiro do Sul”.

Silvia Brilhante (SOS Amazônia) ressalta que a proposta da reunião é discutir sobre o papel das ONGs e suas possíveis parcerias com as comunidades, e colocou o exemplo do curso “Bom Manejo do Fogo”, que poderia ser dado às pessoas das reservas pelo IPAM. Silvia pede para Elsa Mendoza falar um pouco sobre o curso.

Elsa Mendoza (IPAM) explica que o projeto tem a finalidade de diminuir paulatinamente as queimadas na formação de roçados: “No curso as pessoas vão para o campo e os técnicos do IPAM ensinam a brocar de maneira menos agressiva, de acordo com a legislação federal e estadual. A engenheira florestal ressaltou que o curso pode ser oferecido também para comunidades que têm problemas de queimadas no entorno de suas áreas de residência e cultivo. A área usada para a realização dos cursos é a terra dos agricultores, desde que eles estejam de acordo com a lei”.

Francisco Piänko (Assessor Especial dos Povos Indígenas do Governo do Acre) diz que se sentiu animado com o depoimento de Roxo sobre a volta da aliança dos povos da floresta: “O que levou a tentar realizar esse desejo novamente foi a questão da gestão do território. O que uniu todo mundo para a formação da aliança na primeira edição foi a questão propriedade particular,

pois as pessoas estavam presas em um sistema de 'patronagem' na floresta. Quando foi enxergada a idéia de comunidade, todos se uniram. Quando se conseguiu fazer com que os moradores de diferentes colocações concordassem em conversar foi muito importante, pois uniu comunidades de vários lugares diferentes. A idéia era que as famílias se reunissem e fizessem da Reserva Extrativista sua casa". Francisco reforça que agora fica animado porque sabe que as pessoas estão buscando saber o que é a reserva extrativista: "As pessoas estão deixando de ser levadas por uma influência de fora. É um momento importante para ir em frente, para criar a relação externa de uma forma diferente".

Francisco fala que gostaria de saber como se define o espaço de comunidade em Porto Walter e em Mâncio Lima: "É importante fazer um mapeamento do espaço, do que se produz, de quem é a comunidade, e como a comunidade se organiza. Com a comunidade indígena é até mais fácil definir a terra, porém é complicado por muitos momentos pensar o coletivo. O mais difícil é fazer com que a comunidade tenha o sentimento de coletivo. A segurança de cada um está no outro. Qualquer benefício que vai chegando, vai ajudando. Todos estão tirando lições bastante interessantes para notar que a segurança não está em uma comunidade organizada, mas em várias comunidades organizadas no mesmo rumo. É necessário envolver toda a bacia do Juruá dentro da mesma idéia de gestão e planejamento. O esforço não é mais concentrado em uma determinada área, mas em várias áreas diferentes. Estamos caminhando na mesma direção, todos estamos no mesmo barco, não existe mais fronteira entre as diversas comunidades".

Estudos sobre os impactos de grandes obras de infra-estrutura na Amazônia Sul Ocidental - região MAP – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) - Elsa Mendoza (Brasil).

Elsa inicia sua apresentação explicando que o IPAM realiza estudos sobre os impactos de grandes obras de infra-estrutura no sudoeste amazônico e na região MAP (Madre de Dios - Peru, Acre – Brasil e Pando - Bolívia). A engenheira florestal conta que a organização foi fundada em 1995, com sua matriz na cidade de Belém, para trabalhar os impactos da Santarém-Belém. Depois, foi criada uma filial em Rio Branco para trabalhar os temas da construção da estrada Interoceânica.

Elsa coloca o mapa da região MAP, onde aparece a cobertura vegetal e os rios, e comenta: "A região está identificada por ecossistemas sem fronteiras. Este é o motivo pelo qual todo o complexo regional deve ser pensado em conjunto".

Elsa explica que o MAP é uma iniciativa que não tem dono: "Todas as instituições podem participar. Nem o governo, nem organização alguma, governa esta instituição multilateral. A iniciativa MAP é construída com participação popular. Foi elaborada uma carta de consulta trilateral para a população das regiões dos três países. Quem está usando mais o documento é o estado do Acre. A idéia é colocar todos trabalhando para a diminuição do desmatamento, levando a idéia de governança, saindo da idéia do 'business-as-usual' presente nos dias de hoje".

Elsa comenta sobre as diferentes atividades econômicas da região: extrativismo, pequenas indústrias, mineração e ouro, madeira, agricultura extensiva, pecuária, agroindústria, agricultura de subsistência.

Elsa acredita que o biocombustível seria um novo vetor do desmatamento: "Já observa-se o cultivo extensivo de cana no município de Capixaba".

Elsa também identifica a evolução do rebanho: “Há aproximadamente 600 mil habitantes no Acre e mais de 2 milhões de cabeça de gado. Na Bolívia, está havendo o crescimento do rebanho bovino em Pando. O rebanho cresceu 19 vezes em 6 anos”.

Elsa comenta sobre os projetos de infra-estrutura e planejamento do governo para os próximos 15 anos, e ressalta, que se deve estar atento para os impactos na região: “Hidroviás mal planejadas estão se abrindo, o que gera mais poluição nas rios. Há as estradas também. Diziam que o principal problema das populações era a falta de asfaltamento. Mas, asfaltou-se, e o problema não acabou”.

Elsa fala, principalmente, do projeto de construção da estrada Interoceânica. “O Brasil olha para o Pacífico, e o peruano, para o Atlântico. Em Assis Brasil está a porta de entrada para Brasil, Bolívia e Peru. Para fazer contato com a Europa, o Brasil é a entrada. Por que é importante? Se queremos ir de Rio Branco ao Oceano Pacífico seria menos de 2 mil quilômetros. O caminho para o escoamento dos produtos do Brasil, e principalmente dos estados como Acre e Rondônia, até Ásia será cortado. Indo pela Europa, o gasto é muito maior, pois paga-se mais impostos e a distância é muito maior”.

Elsa levanta a questão: “O que acontece na região que está associado às obras de infra-estrutura? Os parlamentares discutiram a possibilidade de asfaltar uma estrada que irá unir Cruzeiro do Sul, no Brasil, até Pucallpa, no Peru. Isso deve acontecer até 2015, provavelmente. As vias formam um “U”, integrando Brasil, Peru e Bolívia. Inicialmente, o Brasil daria o recurso, mas com todo o problema do gás, não houve recurso. Mas, a Venezuela entrou no Mercosul, então, eles têm o dinheiro. Pelo lado brasileiro, não é apenas o IIRSA, há também o PAC”.

Elsa comenta que outro investimento que está chegando forte é a Hidrelétrica de Inambari, no Peru: “Foram feitos empréstimos do BNDES para o governo peruano. Com certeza, haverá inundação no futuro. Será que a população terá que pagar novamente por isso? 90% do investimento é do Brasil (o valor é de 4 bilhões). O povo peruano pagará o empréstimo para mandar 80% da energia para o Brasil. O Brasil está se mostrando como um novo ‘Estados Unidos’”.

Elsa coloca outra discussão: “E as estradas? Ofereceram benefícios para a região? A quem interessa? O governo coloca que os benefícios gerados pela Interoceânica são: Ampliar a oferta produtiva, aumentar o turismo, fortalecer o movimento dos portos no Brasil. A estrada será a propulsora de uma rede de estradas vicinais em todo o país gerando emprego. Mas o quanto disso é verdade? A estrada Interoceânica acaba sendo a coluna vertebral de várias estradas. Passa-se um ano, as pessoas querem asfaltamento para sua comunidade, gerando migrações e grandes problemas. Com o asfaltamento, a quantidade de empregos aumenta, mas o transporte se reduz quase pela metade, pois não é para todos usarem”.

Elsa conta que houve uma expedição pela estrada Interoceânica, saindo de Rio Branco, no Acre, até o Porto de Ilo, no Peru, para ver se realmente as promessas estão acontecendo: “Sem o apoio da Iniciativa MAP seria impossível fazer o diagnóstico. A avaliação do município de Epitaciolândia acabou sendo um modelo para avaliar o impacto nos municípios. No início, o asfaltamento estava somente do lado peruano. Os principais problemas dos dois lados eram estradas mal cuidadas, não havia educação, não havia saneamento, havia falta de energia. Na saúde, o setor asfaltado era um pouco melhor. Mas, a parte de problemas sociais, imprime-se uma grande diferença. Capacitação é um problema, a organização social é debilitada no Peru e na Bolívia. No Brasil, houve aumento do consumo de drogas, do êxodo rural, do desemprego. No lado de Pando, Bolívia, houve aumento do consumo do alcoolismo. Em vez de reduzir os problemas sociais, as estradas aumentam o problema. Hoje, já está quase tudo asfaltado no lado peruano”. Elsa comenta que existe uma rede no Peru que detecta o nível de qualidade de vida da população peruana: “O estudo diz que vários problemas aumentaram tais como violência contra mulheres e invasão de terras protegidas”.

A engenheira florestal explica que o IPAM trabalha com a idéia de cenários, de como será o futuro, e não só com avaliações: O cenário que temos é que as pessoas continuarão sem governança e com debilidades sociais graves. No entanto, pode haver vários cenários com governança, organização e participação popular. Estes cenários foram imaginados para a população saber o que se pode fazer. No Brasil, o governo entrou em contato com as informações levantadas pelo IPAM e está tentando reverter a situação no caso da BR-317 e da BR-364. A população está preparada para os impactos gerados pelo asfaltamento das estradas? No lado peruano, não. O Peru está tentando reagir, e o Brasil, correndo atrás do prejuízo. Para 2030, o cenário é de perda da camada vegetal ao longo de toda a estrada”.

Elsa levanta alguns pontos para a discussão sobre os cenários para a região:

- O Consórcio MABE (Manejo Ambiental de Bacias e Estradas) trabalhará para a gestão territorial dos lugares por onde a estrada passará. Capacitação e geração de conhecimento para mostrar com dados o que está acontecendo.
- Na parte do Alto Acre, o cenário é de forte devastação com perda de cobertura em torno de 60%.
- O cenário à beira de estradas asfaltadas é de vazio populacional. Quem ganha com isso? O canavieiro, o pecuarista, etc.. A estrada deve ser pensada para a gente, e não para o boi. Há que se preparar, sim, mas não para o boi. Há que se preparar para as pessoas utilizarem a estrada a fim de terem mais saúde, mais educação, mais venda de produtos da agricultura familiar.
- Tem que haver trabalho em Feijó e em Tarauacá, onde os limites ainda não estão definidos.
- O que o Brasil manda para fora é matéria-prima, e não produto de valor agregado. Estamos dando os produtos mais valiosos da região. Estamos dando de graça os últimos recursos tropicais que existem no mundo.
- Pode haver perda de biodiversidade pela seca dos rios, e, em um outro extremo, inundações.
- A iniciativa MAP elaborou uma carta e terá em um fórum paralelo a COP 15. Elsa leu parte da carta sobre governança e participação popular para a redução de gases na atmosfera e pediu a colaboração das pessoas com suas assinaturas para sublinhar a importância da iniciativa contida na carta. Ela diz que a carta será enviada para pelo menos 120 países e que haverá também uma coletiva de imprensa para ler o documento.

Elsa encerra sua apresentação e abre o espaço para perguntas:

Conrado (CPI): Tem que se atentar para a história das estradas e para a realidade fundiária de outras regiões. No Peru, há isso. No Brasil, também. As pessoas da FENAMAD disseram que é um absurdo a quantidade de pessoas que migram para Madre de Dios com o asfaltamento da estrada Interoceânica. Também tem que se tomar cuidado com os impactos indiretos. Muitas vezes, são colocadas como se não fossem impactos significativos e os propulsores se isentam dessa maneira. O que seria entendido como impacto indireto?

Elsa (IPAM): O significado da palavra indireto demorou a ser entendido. Quando se faz um projeto, a lei só fala sobre o impacto direto, que é no raio de 1 km do empreendimento. O IPAM fez um estudo mostrando que o impacto indireto, na verdade, é direto. O governo não sabe nem o que é impacto indireto. Na BR-317, chegaram 200 homens na região, que não estava preparada para receber essa população. Começou haver problemas com as famílias que se desagregaram, a incidência de mães-solteiras aumentou. Do lado peruano, chegaram mil trabalhadores. A primeira coisa notada no levantamento foi que havia mais ou menos 30 boates que se tornaram foco de prostituição. Os indiretos envolvem a expulsão das pessoas das terras, que acabam se tornando diretos sobre estas pessoas.

Antônio de Paula (Associação dos Amigos das Águas do Juruá) faz um pequeno comentário sobre as estradas no Acre e explica que quando as pessoas sabem que a estrada vai sair, o pessoal começa a se posicionar para tomar seu pedaço de terra, especular sobre as terras e os produtos.

Elsa (IPAM) diz que tem que ter valor econômico equiparado para o preço do boi e o preço por hectare na floresta. Diz também que seus mapas de cenário estão muito tímidos e que há muito mais para colocar sobre outras regiões, como a de Ucayali e Juruá, por exemplo, para que a informação fique mais completa.

João (Sawawo) faz uma pergunta: “Como seria se as estradas passassem dentro das áreas indígenas: Como os prognósticos e as avaliações poderiam ser feitas?”

Elsa (IPAM): “Em Boca do Acre, a estrada está cortando duas Terras Indígenas. Nestas áreas, já se pode ver o que é o caos quando não se estuda dos impactos. A primeira coisa que acontece é a bebida, que degrada a parte cultural. A saída para isso é planejar. Uma coisa interessante na BR-317 é que os sindicatos proibiram a venda de lotes para evitar o caos. Isto seria um exemplo de governança”. Elsa reconhece que com as aldeias indígenas, a situação é ainda mais frágil.

Terceira etapa das apresentações: Experiências das comunidades indígenas

Flaviano Kaxinawá - TI Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu (Brasil)

Flaviano explica que aproximadamente 500 pessoas vivem na TI Kaxinawá-Ashaninka do Breu, e que desde 2003 e 2004 há trabalho de etnomapeamento: “Antes, eles não sabiam qual era o tamanho da terra. Por meio do mapa, puderam observar isso. Fizeram o plano de gestão, e também o plano de manejo, por meio dos agentes agroflorestais formados na Escola da Floresta da CPI. Pela escola, foi feita a passagem do conhecimento do agente e das ações por ele perpetradas via o treinamento”.

Flaviano diz que o que eles fazem é estudar a terra e os recursos naturais nela presentes: “Por meio do estudo, a terra vai melhorando a sua subsistência, deixando a terra produtiva para as novas gerações. Há o plantio para a medicina tradicional por meio da ajuda de alguns professores e estudiosos do tema na aldeia. Com o acordo dos Agente Florestais, não só a comunidade Jacobina, mas as demais aldeias da terra, estão se articulando para fazer do trabalho um só trabalho articulado”.

Flaviano diz que visitou um parque onde se faz a capoeira nova para o plantio e não se queima. Ele diz que usou a experiência para colocar dois roçados na comunidade e começou a incentivar o povo a fazer o mesmo: “Algumas pessoas, neste ano, não queimaram para fazer o roçado. Muitos fizeram um acordo para a preservação da mata virgem. Destrói, mas constrói também para a área não acabar. Com este pensamento, fizeram um projeto agora para criar quelônio, frango, etc.. Também estamos aliados com o povo do Jordão e com a RESEX”.

Flaviano ressalta que os índios peruanos estão começando a ocupar algumas terras: “Agora, estão subindo o rio. Brocaram três roçados para fazer moradia. Estas pessoas são como piratas, porque tiram tudo e não reconstróem nada”.

Flaviano explica que na questão da caça, também não há manejo e refúgio para os peruanos: “Tem acordo, mas eles estão ocupando. Estão prejudicando a TI Kaxinawá-Ashaninka. Os madeireiros estão perto de chegar no Breu”.

Flaviano também sente que a estrada (**Cruzeiro-Pucallpa, no?**) prejudicará muito os povos indígenas: “Vai espantar as caças, poluir a terra. Se eles tiram do lado deles, que está próximo a terra dos Kaxinawá, vamos perder muito território também. Alguns vão para o lado peruano para ganhar dinheiro, e isso é um risco. Os peruanos começam a pedir para casar com as hunikui. Já houve brigas por isso. Eles não têm a menor infra-estrutura, pedem materiais emprestados e não trazem de volta nunca mais. Isto é um risco, pois pode gerar conflitos entre os indígenas da fronteira”. Flaviano acredita que “o melhor seria retirar eles da área, já que eles chegaram depois. Se tem lei, tem que ser respeitada. Tem que haver conversa porque os kaxinawás sempre viveram lá, mas nunca desmataram o lado peruano”.

Marcelo Piedrafita (CPI): “Há mais ou menos três anos chegou a família Pérez e se colocaram de frente à aldeia Kaxinawá e Ashaninka. Esse pessoal, que era chefe de aldeia peruana, foi embora ou ficou? No Breu, pode se observar alguma entrada de máquina”?

Flaviano (TI Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu): “É a mesma família do Cushineri que está subindo. Na Oria, já colocaram rádio amador para se comunicar, mas não sei direito com quem eles falam. Acho que é com a empresa (madeireira) diretamente”.

Matcharenki - Aldeia Nova Vida - parte baixa da TI Ashaninka-Kashinawá do Breu (Brasil)

Matcharenki conta que também fazem o trabalho de agente agroflorestal: “Há plantio de madeira de lei, que é necessário para povoar. Há manejo de peixes também para a subsistência. Agora, os peruanos estão chegando para ocupar também. Faço visita a Oria para conversar com eles, em espanhol. Muitos deles não falam nem mais ashaninka. Foram para o Breu porque no Peru não tem mais território. Disseram que onde vão fazer plantio, os brancos peruanos cobravam deles. Disseram que queriam ir para plantar na terra arroz, milho e feijão. Eles brocaram para feijão e não aproveitaram a madeira e perderam todo o material. Isso mesmo ele conhecendo o rio Breu. Os peruanos já tiraram tudo de palha de cana brava para extração de prata, brocaram tudo. Onde eles brocaram já tinha poço e peixe, mas agora não tem mais”.

Matcharenki acredita que se sair a estrada para o rio Breu vai destruir tudo: “Os peruanos têm que cuidar da terra deles como o pessoal do Brasil faz. Não é só querer a terra. Tem que trabalhar a terra também”.

Marcelo Piedrafita pergunta se o pessoal do Sawawo, conversando com a Venal, sabe se eles tem a pretensão de trabalhar no Breu.

Careca: “A empresa quer avançar nas comunidades que já tem a definição e a demarcação de suas terras. Existe uma lei no Peru que a empresa não pode entrar em um território que não é titulado. Diz que o pessoal do Breu no Brasil não podia permitir que a empresa trabalhasse, porque do lado do Peru os indígenas não tem titulação, mas no Brasil, sim. A titulação no Peru é um processo longo, que leva entre 5 e 6 anos. Os chefes e as lideranças, se têm contato com o governo, conseguem titular mais rápido, se não, não acontece. Seria bom perguntar a população de lá porque ele não pode falar sobre a história deles. Mas, o fato é que se eles não titularem, a empresa não pode entrar. E outra coisa importante é que a empresa não está autorizada a devastar recursos do Estado”.

João ????? (Sawawo), no Peru, diz que a Venal vem trabalhando na Amazônia peruana desde 2003: “A verdade é que a empresa entrava na comunidade com ou sem titulação e dizia que estava tirando madeira de outros lugares que eram titulados. Há um tempo, no Amônia, só existia

a Apiwtxa. Entretanto, agora, começa a vir gente de outros lugares pela região. Vêm com a história que estão chegando porque não há território para eles, estão procurando espaço para sobreviver. Não se sabe se estão indo para a área para desmatar e trabalhar com madeira e deixar o terreno ocioso e desmatado”.

João disse que houve uma briga em Lima com estas pessoas que queriam que a empresa desse apoio em caso de titulação da terra, mas a empresa disse que não ia dar: “No próximo ano, provavelmente a empresa vai querer entrar no território que já está titulado. Neste sentido, a comunidade poderia fazer a fiscalização da área. Há o caso de vizinhos do Sawawo que vieram para explorar e já estão indo embora. A empresa está vindo do porto Nueva Itália”.

Josias – liderança da Aldeia Nova Esperança - Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá (Brasil)

Josias ou Inawá Huni Kui explica que é presidente da AMAAIAC (Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre) e representa as terras do alto e baixo rio Jordão: “A nossa terra fica na fronteira com o Peru e as terras são contíguas às terras deste país. Desde 1996, começaram a entender a região, dando início a articulação política para o movimento dos indígenas”.

Josias diz que está representando 32 comunidades, 203 famílias e 2 mil pessoas: “Desenvolvemos a comunidade com o trabalho de plantio, artesanato e medicina tradicional. As terras ficam próximas da cidade. Há várias outras comunidades no entorno”.

Josias vem pensando em uma forma de fortalecer o trabalho dentro da comunidade com o manejo de sementes tradicionais e matas ciliares: “Através da troca de experiências, de oficinas de sensibilização, e do acesso a todas estas informações, houve a conscientização da comunidade para o etnomapeamento.

Josias conta que todas as famílias antigas já vinham trabalhando dentro da luta para o reflorestamento: “Com toda esta atividade discutida, a fim de entender a terra, é necessário entender os parentes peruanos, que estão vindo do outro lado da fronteira. Para acabar com a exploração deles, é necessário um projeto de desenvolvimento sustentável na comunidade para a segurança alimentar”.

Josias comenta do Projeto de merenda regionalizada: “A própria prefeitura está comprando para abastecer a escola”.

Josias explica que na fronteira o IBAMA não existe: “Quem cuida é o próprio agente agroflorestal. Em dezembro, haverá oficina em parceria com IBAMA para troca de informações. Na fronteira, há um lugar reservado que se chama área de refúgio. Os próprios indígenas sabem até onde podem ir. No entanto, começou a haver confronto com os próprios ribeirinhos”. Josias conta que há o planejamento de ter um posto de vigilância no baixo Jordão e no seringal Independência.

Josimar Pinheiro – Terra Indígena Seringal Independência (Brasil)

Josimar explica que é coordenador da Associação Seringueiro Kaxinawá do Rio Jordão: “Estamos preocupados em relação às fronteiras. Há a preocupação com as gerações futuras. Por isso, tem que cuidar dos recursos naturais. Na região do Jordão, há muito desmatamento. A terra não vai crescer mais, porém a população vai crescer cada vez mais. Muitos parentes isolados vêm do Peru e acabam rodeando as Terras Indígenas. Na cabeceira do rio Jordão, não há isolados,

segundo Meirelles em seus sobrevôos. Na cabeceira do Humaitá, já estão se aproximando”. Mas Josimar acredita que os peruanos já vem se aproximando da cabeceira do rio Jordão. “Tem como se comunicar com os parentes de lá e pedir que as pessoas não entrem na TI deles. No município de Jordão será feita uma estrada até Novo Porto. Se passar na comunidade, o que pode acontecer é preocupante. A estrada cortará o rio Muru”.

Jaime e Lucas Manchineri – Terra Indígena Mamoadate (Brasil)

“As Terras Indígenas dos povos Manchineri e Jaminawá fazem limite com o Peru. Será que os indígenas estariam preparados para a abertura de ramal que vai do nosso território até a de Assis Brasil? Por uma parte, é interessante para quem vai fazer o trabalho na cidade. Mas, por outro lado, é melhor consultar a comunidade e diagnosticar se vai ser bom ou não”.

Os dois indígenas falam de algumas ameaças da fronteira: “No rio Abismo, por três vezes, os peruanos chegaram lá descendo pelo laco. Foram entregues à polícia federal, pois foram pegos com 13 kg de pasta base. Os Manchineri entregaram eles para a polícia. Há muitas ameaças de narcotráfico e agora tem uma empresa madeireira que está querendo entrar pelo seringal Guanabara para fazer reflorestamento, gerenciada por um homem chamado Valmir Ribeiro. A TI Mamoadate tem uma fazenda grande próxima. Estamos rodeados de outras comunidades também. Os fazendeiros de Iñapari já estão entrando na TI Mamoadate”.

Jaime e Lucas explicam que, “primeiramente, os Manchineri comercializavam milho e arroz, mas apenas para a subsistência. Depois, começaram a vender, mas não havia lucro. Sendo assim, desistiram da produção de larga escala e se voltaram para a sobrevivência”.

Eles contam que estão trabalhando com criação de quelônios, mas que cada aldeia tem suas lideranças: “há um problema que cada comunidade tem sua própria política. Ainda não há muita união entre os povos”. Destacaram que nas duas viagens que fizeram a Apiwtxa, observaram a ampla participação da comunidade de lá: “É necessário sempre criar espaços de diálogo. Há também os planos para construir novas alternativas na comunidade”.

Eles explicam a zona da cabeceira do rio laco está sendo deixado para refúgio para os povos isolados: “A Venal (madeireira) agora está entrando por Iñapari, no Peru”. Lucas também apontou que há regiões do lado de Assis Brasil, onde as próprias pessoas do IBAMA estão desmatando.

Júlio Raimundo Jaminawá - representante da TI Cabeceira do Rio Acre (Brasil)

Júlio explica que a Terra Indígena Cabeceira do Rio Acre faz fronteira com o Peru, abriga uma população de 320 pessoas, e faz divisa com a TI Mamoadate, uma reserva extrativista, a estação ecológica do rio Acre e com a TI Bélgica, do Peru: “Quem vive na área de fronteira, quando há desentendimento, é muito complicado. Mas quando há entendimento a tendência é a cooperação”.

Júlio explica que a primeira conquista foi a demarcação da TI, e depois trabalharam a área de educação indígena: “A questão de fronteira foi complicado. Não é só o lado peruano. O asfaltamento da BR-317 trouxe coisas ruins. **Há um pouco de problema com a reserva extrativista. Há três anos foi feita uma propaganda do povo Jaminawá, e não de todos os povos**”.

Júlio fala que a preocupação com a floresta e o clima é geral: “Indígenas que cuidam da natureza continuam lutando. Contudo, é preocupante quando três pessoas dominam e fazem destruição. A

fase é ruim e houve uma denúncia. Só tomarão uma posição quando os índios ou os seringueiros começarem a morrer”.

Júlio diz que tem enfrentado o descaso das comunidades e que foi ameaçado quando começaram a denunciar a pesca ilegal na TI da Cabeceira do Rio Acre: “Os indígenas devem ter em mente o que estas reivindicações significam para eles. Começaram a envolver as pessoas do IBAMA, mas a coisa não funciona da forma que eles pretendem resolver. Disseram que não poderiam fazer nada porque era área de fronteira. Um representante de Iñapari, que é um representante herena, disse saber qual era a legislação relativa ao meio-ambiente. Entretanto, insistiram, e as coisas estavam acontecendo sem plano de manejo. Acho que quem estava pescando era o pessoal da colônia de pescadores. Isso foi um impacto. Eles não estavam pescando para consumo, mas para vender, principalmente, para o Peru. No final, entenderam que havia diferença entre pescador ambiental e profissional”.

Júlio explica que o lago também compreende a reserva extrativista do Peru: “Na verdade, nunca houve uma oportunidade de sentar com o presidente da reserva extrativista porque o presidente de lá vê que a luta indígena é diferente da do extrativista. A cultura é um pouco diferente. Nunca houve uma articulação de lutas. Viram que quando chegaram a colônia de pescadores eram as pessoas do exército que presidiam a associação de pescadores. Chegou ao ponto dele falar que não precisava daquilo para isso. Ao ver que os indígenas estavam ganhando a questão, começaram a cooptar alguns indígenas. Começamos, então, a conversar com os brancos da reserva para chamar a atenção que a preservação do lago e do rio deveria ser de todos”.

Júlio aponta que outro ponto de discussão é a construção da BR-317: “Várias coisas foram prometidas aos índios próximos da BR. O asfalto era até 40 km antes de Brasiléia. Fizeram um levantamento com o pessoal da cabeceira do rio Acre e do rio Iaco. Não há nada concluído das promessas até agora. A terra indígena é próxima de Assis Brasil, Iñapari (Peru) e Bolpebra (Bolívia). Há muito tráfico de drogas por parte dos bolivianos e dos peruanos. Neste trecho de fronteira é o maior dos problemas. Se não começarem a se organizar e fazer a parte deles, o futuro dos filhos deles vai acabar sendo este também, o envolvimento com o narcotráfico. Se começarem a fazer isso, iniciarão uma coisa ruim para a população indígena”.

Júlio conta que há alguns anos houve retirada de madeira pelos peruanos por meio de um ramal vindo de Iñapari que passava na época de verão atravessando o Rio Acre e tiravam da TI: “Hoje, há mais ramais. Todos os anos, estão tentando fazer a fiscalização. Eles entram no igarapé. Eles derrubam o pé de árvore para que os indígenas vejam que a madeira estava sendo retirada. A árvore era para cobrir a passagem que estavam usando para tirar a madeira. No futuro, pensa que deve debater com o pessoal da reserva extrativista para que haja uma política de base comum. Deve haver uma troca de experiências para combater as coisas ruins que estão acontecendo no território”.

Júlio diz que tem chamado as lideranças peruanas para as reuniões: “Era importante trazer para o GTT porque são parceiros do pessoal da cabeceira do Acre. Pessoas da comunidade Bélgica são dominados pelos madeireiros. Arrendaram para quarenta anos para que possam extrair a madeira da reserva indígena. A situação do povo da comunidade Bélgica é semelhante à situação do Tamaya. Se não souberem convencer os brancos, acabam sendo convencidos por eles. Alguns dos próprios indígenas, foram trabalhar com estes madeireiros. Só acabou quando um se machucou e quase morreu. A empresa jogou para o lado do Brasil a responsabilidade, para a FUNASA. Era para eles trabalharem para eles próprios, para a comunidade e, não, para a empresa. De um ano para cá, nas reuniões dos minis MAP, em Puerto Maldonado, estamos conseguindo mostrar para eles o que está sendo feito no lado do Brasil. O que adianta cuidar do território para a vida inteira se os governantes são os primeiros a destruir”.

Renildo (sobrenome?) - Igarapé do Caucho (Brasil)

Renildo explica que sua comunidade fica a 10 km do município de Tarauacá: “São 630 pessoas em 12 mil e 300 hectares: “É a menor TI do Acre. Estamos sofrendo com o entorno da TI. Foi difícil conquistar o território”.

Renildo conta que “a TI foi perseguida por caucheiros, madeiros, foi quase uma invasão. A TI tem 40 hectares de áreas demarcadas. No fundo, a TI fica perto do Seringual Cuvali. Estão terminando de realizar o plano de gestão da TI. Hoje, a TI está começando a se preparar para enfrentar os perigos que estão chegando do entorno e que já estão afetando algumas comunidades e reservas. Atualmente, o rio Muru é muito raso, mas já foi fundo. Houve erosão por causa da retirada de madeira. Por meio da parceria com órgãos governamentais estão trazendo projetos para a comunidade. Temos que pensar nisso porque o número de pessoas que vão estar na terra só vai se multiplicar”.

Renildo acredita que eles têm as mesmas preocupações que estão sendo vistas no mundo inteiro: o aquecimento global: “O povo Huni Kuin vê as modificações no clima. A falta de chuva e a seca do rio tem a ver com isso. Sempre achamos que algum dos fazendeiros está destruindo a terra para fazer campo para criar gado. As pessoas que comem carne de gado fazem aumentar o desmatamento. Como achar as parcerias certas para lutar contra atividades ilegais que estão envolvendo alguns parentes”?

Elsa Mendoza apresenta a Carta que a iniciativa MAP (36 a 40 instituições + governo do Acre e Brasil) está levando para a COP 15 e pede que as pessoas assinem e dêem o consentimento para levar a Copenhague.

PARTICIPANTES (Falta colocar alguns nomes e sobrenome e checar todos os participantes mesmo):

Antônio de Paula - Associação dos Amigos das Águas do Juruá

Cleuza Rigamonte –SOS Amazônia

Ronaldo - Sindicato dos trabalhadores rurais de Rodrigues Alves

Valter - Comunidade de Porto Walter

Jonas - Associação dos Seringueiros e agricultores do Grajaú

Francisco da Silva - Sociedade Agrícola da Praça da Amizade d Rodrigues Alves;

Foster Brown - Centro de Pesquisa de Woods Hole

Elza Mendoza – IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia)

Lucas Arthur Manchineri - TI Mamoate

Francisco da Silva - Resex do Alto Juruá - manejo de quelônios

Osmildo - Resex do Alto Juruá

Júlio Jaminawá - representante da comunidade)

André - SOS Amazônia

Gabriela - SOS Amazônia

Flaviano Medeiros Kaxinawá - Conselho fiscal da AMAIAC e agente agroflorestal

José Francisco - Vice-presidente dos agentes agroflorestais do Acre

Francisco - Seringal Independência do Jordão

Juan Pablo Saavedra - Instituto del Bien Comun

Juan Reyes - Instituto Herencia

Conrado – CTI – Centro de Trabalho Indigenista

Leandro - Comissão Pro-índio)

Marcelo Piedrafita - Comissão Pró-índio

Nelson - SOS Amazônia

Juan García Campos – Ashaninka do Sawawo.

Manuel García Gonzáles – Sawawo

Raimundo Piänko Sore – Sawawo

Matcherenki Ashanika – Rio Breu

Raimundo - Terra indígena do Humaitá

Terri Aquino - FUNAI/Frente de Proteção Etnoambiental do Envira e Comissão Pró-índio

27 de novembro (sexta-feira)

MANHÃ

8h30 – Ações da ProNaturaleza- PE na fronteira:

9h - Estratégias conjuntas para a participação de lideranças locais e organizações não governamentais em instâncias binacionais voltadas à “integração regional” e delineamento de uma agenda interinstitucional Brasil/Peru para ampliar parcerias em 2010

TARDE

14h – Cont. Estratégias conjuntas para a participação de lideranças locais e organizações não governamentais nas instâncias binacionais voltadas à “integração regional” e delineamento de uma agenda interinstitucional Brasil/Peru para ampliar parcerias em 2010

(COLOQUEI EM VERMELHO ESSA PARTE PORQUE FIQUI NA DÚVIDA DE QUAL O TÍTULO DOS PROXIMOS DEPOIMENTOS)